



# CALÇA NOVA

*desbotada*

crônicas  
e ensaios  
filosóficos



Marcelo José Doro



*méritos*  
editora



**CALÇA NOVA**

*desbotada*

crônicas e ensaios filosóficos



Marcelo José Doro



**CALÇA NOVA**  
*desbotada*  
crônicas e ensaios filosóficos

*Passo Fundo*

2015

*méritos*  
editora

2015 - Versão livro em papel  
2023 - Versão fac-similar em ebook/PDF

© Livraria e Editora Méritos Ltda.  
Rua do Retiro, 846  
Passo Fundo - RS  
CEP 99074-260  
Página na internet: [www.meritos.com.br](http://www.meritos.com.br)  
E-mail: [sac@meritos.com.br](mailto:sac@meritos.com.br)

Charles Pimentel da Silva  
Editor

Jenifer B. Hahn  
Auxiliar de provas

Léo Hélio Dellazzari  
Revisor de português

◆ Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Partes deste livro podem ser reproduzidas desde que citados o título da obra, o autor, a editora e os demais elementos de referência bibliográfica, conforme as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

---

D715 Doro, Marcelo José  
Calça nova desbotada: crônicas e ensaios  
filosóficos / Marcelo José Doro. – Passo Fundo:  
Méritos, 2015. - 156 p.

1. Filosofia 2. Filósofos  
I. Título

CDU 1

---

Bibliotecário responsável: Marisa Fernanda Miguellis CRB 10/1241

2015 - Versão livro em papel - ISBN: 978-85-8200-038-0

Impresso no Brasil

# SUMÁRIO

O REAL E O APARENTE .....	11
SOBRE MENTIRAS BOAS.....	14
A FRUSTRAÇÃO REAL DO AMOR IDEAL.....	18
PAREIDOLIA.....	21
O NARIZ DO PINÓQUIO .....	24
JOBS E SÓCRATES.....	27
SE A VERDADE FOSSE MULHER (I).....	30
SOBRE A DEMOCRACIA.....	34
PARADOXO AMBIENTAL.....	37
TRÊS COISAS QUE A FILOSOFIA NÃO É.....	40
REDES SOCIAIS.....	44

A ILUSÃO DO FIM DA HISTÓRIA.....	47
O PERIGO DA NORMALIDADE.....	50
IDEIA PARA UMA PEÇA FILOSÓFICA.....	53
MARX RECLAMA DE IMPEDIMENTO.....	56
ENCICLOPÉDIAS.....	62
CALÇA NOVA DESBOTADA.....	65
A SACRALIDADE PERNICIOSA DAS OPINIÕES.....	68
SOBRE A PERSUASÃO POR ARGUMENTOS..	73
QUESTÃO DE LÓGICA.....	78
RASGOS PRÉ-FABRICADOS.....	81
SOBRE O QUE NOS TORNA MAUS.....	87
QUANDO DIZER NÃO É FAZER (SOBRE COMO EDUCAR ALGUÉM PARA SER CRÍTICO).....	91
PRIMITIVOS MODERNOS.....	95
A ARTE DE BUSCAR CULPADOS.....	98



SE A VERDADE FOSSE MULHER (II) .....	103
OCUPADOS DEMAIS PARA PENSAR.....	107
ELOGIO AO CORPO.....	112
O DELÍRIO DE BRÁS CUBAS (A FELICIDADE É UMA QUIMERA).....	115
DA SUPOSIÇÃO DE VERDADES ABSOLUTAS E DA VIOLÊNCIA.....	120
TEMPO DE INTERNET .....	123
SOBRE O BOM SENSO.....	127
O QUE SIGNIFICA SER CRÍTICO?.....	130
DAS COISAS ENTRE O CÉU E A TERRA (EM DEFESA DO DEBATE RELIGIOSO).....	140
O DILEMA DE ARISTÓTELES.....	139
FILOSOFIA DA EXISTÊNCIA.....	144
O PIOR DOS MUNDOS POSSÍVEIS (O PESSIMISMO DE SCHOPENHAUER).....	148
O TÊNIS NOVO DO JOE.....	152



## O REAL E O APARENTE

Conta-se que o filósofo Ludwig Wittgenstein, em conversa com um de seus alunos, questionou-o sobre o motivo de as pessoas terem demorado tanto para aceitar o fato de que a Terra gira em torno do sol, em vez do contrário. E quando o aluno lhe respondeu que assim foi, obviamente porque parece mesmo que é o sol que se move, Wittgenstein retrucou: “E como pareceria se parecesse que é a Terra que gira?”

\*\*\*

A nebulosa fronteira entre o que é e o que parece ser tem ocupado a filosofia há muito tempo. No enfrentamento da questão, é forçoso admitir que o acesso ao mundo é sempre, de início, apenas possível pela aparência ou mediado por ela. Quer dizer, do mundo, só sabemos aquilo que se mostra para nós de algum modo. Disso resulta que todo conhecimento é conhecimento do aparente ou desde o aparente. E, sendo assim, já não se pode afastar a suspeita de que

as coisas nem sempre parecem exatamente como são, revelando-se este o calcanhar de Aquiles de todo o conhecimento acerca do real.

E pouco efeito tem o argumento de que as coisas são realmente assim como parecem, porque todos as percebem do mesmo modo. O ponto final do embate entre o real e o aparente não pode ser democraticamente decidido, visto não haver nenhuma lei necessária contra o fato possível de todos estarem enganados. A crença de que a Terra estava *parada* enquanto o sol girava em torno dela, por exemplo, era amparada por uma *aparência enganosa* compartilhada por sociedades inteiras.

O desenvolvimento científico trouxe novos fatos para esta reflexão. Detalhes da estrutura atômica revelam que, por mais sólido e intransponível que um material pareça à experiência humana, quando considerada sua composição, vira quase só espaço vazio: estima-se que, se tomássemos os átomos que compõem uma rocha e os aumentássemos até atingirem as proporções de um estádio de futebol, o núcleo não seria maior que uma bola de tênis e os outros átomos estariam separados apenas por partículas tão pequenas que praticamente nada representariam na

imensidão do espaço vazio. E, no entanto, as rochas nos parecem bem compactas!

\*\*\*

Mas a pergunta capciosa de Wittgenstein *parece* remeter a outra dimensão, a saber, a da interpretação das aparências. O mundo se mostrava do mesmo modo, tanto para os que julgavam estar o sol girando em torno da Terra, quanto para os que suspeitavam do contrário. O que mudou foi o modo como as aparências passaram a parecer; mudou a interpretação. No fundo, não importa se há um ou mais modos de o mundo se mostrar, as falhas de interpretação serão sempre obstáculos maiores. Se parecesse que a Terra gira, como teriam interpretado isso os povos antigos (pré-científicos)?

As aparências nos dão pistas sobre como as coisas são, mas apenas isso. O caminho para o real pode ser reto, em alguns casos, mas é tortuoso na maioria das vezes. Se hoje a humanidade dispõe de grande bagagem de conhecimento confiável, muito se deve ao esforço contínuo de extrapolar o aparente.

## SOBRE MENTIRAS BOAS

*A lista de Schindler*, de Steven Spielberg, um filme tão bom quanto longo (tem mais de três horas de duração), exibe uma cena de pouco mais de um minuto, que considero paradigmática. Vários prisioneiros de um campo de concentração estão postos lado a lado para uma inquirição acerca do suposto sumiço de um frango. Os soldados do campo querem saber quem é o ladrão. Depois de perguntar algumas vezes sem que ninguém se acusasse, um dos soldados aponta seu fuzil aleatoriamente para um dos prisioneiros e dispara. O homem atingido tomba para frente e, então, outro soldado se aproxima e dispara novamente à queima-roupa. O sangue escorre pelo chão empoeirado. Na sequência, os soldados voltam a questionar o grupo sobre quem roubou o frango e, como novamente ninguém se acusou, outro prisioneiro foi posto na mira do fuzil. Nisso, um menino que estava entre os prisioneiros dá um

passo à frente, chorando. O soldado que estava com o fuzil em punho se aproxima e pergunta se foi ele que roubou o frango. O menino nega, mas quando o guarda pergunta se, então, ele sabia quem foi, o menino diz que sim e aponta para o homem que havia acabado de ser assassinado. O caso estava resolvido.

O filme não deixa claro se algum daqueles homens era de fato responsável pelo sumiço do frango. O que fica evidente, na sequência, é que o menino mentiu ao colocar a culpa no morto. E esse é exatamente o aspecto paradigmático da cena: ela nos revela uma mentira que ninguém ousaria classificar como incorreta. Trata-se, nesse caso, de uma mentira boa. Ou não?

Para o filósofo Immanuel Kant, que escreveu *Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade*, cada pessoa tem o dever de falar a verdade, pelo fato de os outros terem o direito de ouvi-la. Além disso, a mentira nunca seria desejável em detrimento da verdade, pois ela infringiria a máxima racional que orienta cada um a adotar apenas comportamentos que pudessem também se converter em exemplo para todos os demais. Como o direito de mentir jamais poderá se converter em lei universal, segue-se que não pode ser reivindicado coerentemente por ninguém. No limite,

dirá Kant, mesmo quando a mentira é proferida com boa intenção e que ninguém de imediato seja prejudicado, ela gera um dano à humanidade, em geral, por enfraquecer o compromisso desta com a verdade.

Kant argumenta em defesa do rigor dos princípios e, em função disso, muito provavelmente sua posição em relação à cena relatada de *A lista de Schindler* seria de condenação. Isso faz Kant parecer um bruto insensível, mas é preciso fazer uma ressalva e considerar a perspectiva iluminista que o embasava. Ele compartilhava da forte crença que sua época tinha nas possibilidades da razão como forma de compreensão do mundo e de condução do comportamento. No contexto em que ocorre a cena do filme, durante a Segunda Guerra Mundial, a crença na razão como guia suprema estava enfraquecida socialmente; e completamente ausente no interior dos campos de concentração. O compromisso com um dever racional, reivindicado por Kant, perde muito de sua força em tais condições.

Mais flexível que Kant, Arthur Schopenhauer defende que as pessoas têm o direito de mentir em determinadas circunstâncias, por exemplo, quando for necessário preservar a própria integridade física ou moral. Schopenhauer, autor de *Sobre o fundamento*



*da moral*, atrela o dever de dizer a verdade à noção de justiça, de onde conclui que não temos a obrigação de dizer a verdade se isso produzirá uma injustiça ou se não puder evitá-la. A mentira será bem-vinda quando associada a uma causa nobre, como, por exemplo, na situação descrita em que o menino mente para salvar não apenas a sua vida, mas também a vida de outras pessoas.

Schopenhauer relativiza um tanto a rigidez das normas morais. Isso parece sensato, afinal, o justo ou o injusto de uma situação está atrelado ao contexto em que ela ocorre. É difícil em termos morais sustentar a existência de uma norma absoluta, que seja imune às circunstâncias. Por isso, na busca de um comportamento ético, será sempre perigoso seguir normas ao pé da letra. O ideal, parece, é avaliar cada situação em particular, mas para isso é necessário uma boa capacidade crítica para pesar adequadamente as circunstâncias e suas implicações.

## A FRUSTRAÇÃO REAL DO AMOR IDEAL

Todos sabem, a expectativa é a mãe da frustração. E é por isso que, em geral, os pessimistas conseguem lidar melhor com os atropelos da vida (apesar de não acharem que isso seja uma vantagem). Como os pessimistas esperam que as coisas não deem certo, quando isso acontece, eles já estão preparados. E quando suas expectativas, que são péssimas, não se concretizam, é porque tudo vai bem.

Pode ser um pouco exagerado, mas não é de todo falso dizer que vivemos atrelados às expectativas que nutrimos a nosso respeito e em relação ao mundo ao nosso redor. Algumas são produzidas intuitivamente, como resultado da nossa experiência – por exemplo, a expectativa em relação

aos processos naturais (calor do fogo, ciclo das estações etc.) e aos padrões culturais (o que faz rir, o que causa repulsa etc.). Outras se originam por pura inspiração individual ou por influência social (sobre o quanto somos importantes ou sobre o que esperar da vida, por exemplo).

Criar expectativas e agir em vista delas é próprio da condição humana. Mas se mover em antagonismos também parece ser da condição humana e, não raro, vemo-nos vítimas de nossa própria condição. É o que acontece quando sofremos por conta das expectativas que carregamos. Algo assim estaria acontecendo em relação ao amor. Pelo menos é o que sugerem filósofos como Simon May, no livro *Amor – uma história*, e Richard David Precht, em *Amor – um sentimento desordenado*. De alguma forma, defendem eles, as pessoas têm a expectativa de viver um amor incondicional, eterno e inteiramente bom; um sentimento tão intenso quanto aquele retratado na literatura e no cinema. Porém, essa ideia romântica e equivocada do amor é realmente difícil de acontecer entre seres humanos normais, inconstantes e cheios de limitações.

Com isso, não se diz nada contra o valor e a beleza do sentimento, que nada perde de nobreza

ao ser concebido de um modo mais humano. O romantismo perfeito, eterno e incondicional, já existiu e continuará existindo, mas como exceção, não como regra.

Transformado numa espécie de panaceia para todos os males privados e sociais, esse amor pleno e incondicional ganha ares de vilão, pelo potencial de frustração coletiva que carrega. Não é o caso de nos tornarmos pessimistas em relação ao amor, mas de ajustarmos nossas expectativas em relação a ele para que se tornem mais humanas e assim mais realizáveis e menos frustrantes. A idealização do sentimento, nesse caso, só contribui para o seu fracasso.

## PAREIDOLIA

É bem antiga e ainda relativamente popular a brincadeira de procurar figuras nas nuvens. Basta prestar um pouco de atenção que logo começam a aparecer *poodles*, lagartixas aladas, mapas da Bósnia e outras coisas mais. O sucesso da brincadeira, ao contrário do que possa parecer de início, não depende da imaginação. A identificação de figuras nas nuvens está associada a uma habilidade natural que o cérebro humano possui de buscar padrões e formas conhecidas entre os estímulos recebidos. Essa habilidade tem até um nome, chama-se *pareidolia*.

Há quem diga que a capacidade de identificação de padrões e formas conhecidas foi de grande relevância para a sobrevivência da espécie em tempos primordiais, quando, por exemplo, o pronto reconhecimento de um animal feroz a partir de um vulto podia garantir maiores possibilidades de proteção. Fato é que, de alguma forma, o cérebro passou a

interpretar de modo relativamente claro estímulos, por vezes, bastante vagos e indeterminados. Isso gerou vantagens, mas, como efeito colateral, trouxe a possibilidade de nos enganarmos em relação a algumas percepções – como quando, olhando de longe, na penumbra, achamos ser uma pessoa o tronco retorcido e seco de uma árvore.

A pareidolia mais frequente é de rostos humanos, sendo observada em muitos e variados locais. Há algum tempo, causaram grande sensação na internet algumas fotografias do solo de Marte em que um rosto humano podia ser facilmente identificado. No mesmo período, talvez um pouco depois, médicos canadenses divulgaram imagens ainda mais impressionantes do ultrassom de um tumor em que se podia perceber um rosto humano com aparência assustada. Nessas ocasiões, como em outras similares, é uma tentação para muitos a busca de significados.

Porém, pareidolias são apenas pareidolias, e é isso que significam. Se uma nuvem parece com um cavalo ou se uma mancha no teto do banheiro lembra o Peter Pan, é porque nosso cérebro reconheceu nos traçados da nuvem e da mancha algo próximo a um padrão de imagens já conhecidas. Jamais alguém poderia ver em uma nuvem a imagem de um animal

ou de um objeto desconhecido, por mais sugestiva que a nuvem pudesse ser. Por isso que a descoberta de que, ao se dobrar uma cédula de 20 dólares, é possível obter imagens que lembram o Pentágono e as torres gêmeas do World Trade Center em chamas só aconteceu depois de 11 de setembro de 2001. Antes disso, sem o conhecimento prévio dos eventos, como poderiam ser identificadas tais imagens? Só podemos identificar aquilo que já conhecemos.

\*\*\*

Não raro, a filosofia é tomada como guardiã da busca de sentido. Dela se espera a revelação da conexão oculta por trás dos fenômenos, na expectativa silenciosa de que seja mais complexa e, de alguma forma, mais cheia de sentido que os próprios fenômenos. Mas nem sempre é assim. Com a pareidolia, aprendemos que uma aparência pode ser apenas isso, uma aparência, e que talvez “o maior segredo é não haver mistério algum” (Renato Russo).

## O NARIZ DO PINÓQUIO

O Pinóquio, aquele boneco feito de madeira que ganhou vida pela intervenção mágica de uma fada, é especialmente famoso pelo encantamento que faz seu nariz crescer a cada mentira que conta. Se ele diz uma verdade, nada lhe acontece, mas, se mente, imediatamente seu nariz cresce de forma vistosa. (Se todos fôssemos assim, ou nossa vida social seria bem diferente ou congestionaríamos o mundo com nossos narigões).

Imaginemos, pois, uma situação em que o Pinóquio declara resoluto que seu nariz vai crescer. Tão logo ele acaba de dizer “Meu nariz vai crescer agora”, o que acontece? Se seu nariz realmente crescer, o que ele falou revela-se uma verdade, mas, se é uma verdade, seu nariz não deveria crescer. Por outro lado, se seu nariz não crescer, sua afirmação de que ele cresceria resulta mentirosa e, nesse caso,



seu nariz deveria crescer. Esse tipo de encruzilhada lógica recebe o nome de *paradoxo*.

Numa definição bem geral, paradoxo é o tipo de afirmação ou situação que contém ou parece conter uma incompatibilidade de termos, conceitos ou ideias. Os paradoxos apresentam um desacordo com o raciocínio ou com a opinião comum; são sinônimos de contra-senso e de contradição. Eles existem em versões populares: quem veio antes, o ovo ou a galinha? Podem ter caráter de crítica cultural: compramos tecnologia em busca de autonomia e nos tornamos dependentes dela. Alguns são matemáticos e podem até ser testados, como é o caso do paradoxo do aniversário, que revela ser maior de 50% a probabilidade de, num grupo com 23 pessoas, haver duas que aniversariam na mesma data. Outros ocorrem em nível puramente metafísico, como o paradoxo da pedra, que indaga se Deus, que pode tudo, poderia criar uma pedra tão pesada que nem Ele mesmo seria capaz de levantar.

O paradoxo do Pinóquio estaria no grupo dos paradoxos originados por erros categoriais ou por falhas de raciocínio. Poderia ser considerado, inclusive, como uma versão do velho e famoso paradoxo do mentiroso. Este pode ser expresso de forma simples, através de uma pergunta – “se alguém afirma que

está mentindo, ele fala a verdade?” – ou de modo mais sofisticado usando duas afirmações em mútua referência – “A afirmação seguinte a esta é verdadeira. A afirmação anterior a esta é falsa”. Ao desdobrarmos o paradoxo do mentiroso, percebemos que, se uma afirmação é verdadeira, então é falsa; se for falsa, então é verdadeira. Se quem afirma que mente, está a mentir, então o que diz é verdade; se diz a verdade, ao afirmar que mente, então está mentindo.

O paradoxo do mentiroso tirou o sono de muitos filósofos na Antiguidade e, suspeita-se, também contribuiu para tirar a vida de Filetas de Cos, cuja morte prematura estaria vinculada aos tormentos originados pelo paradoxo. Hoje, já dispomos de várias propostas de solução para este e outros complicados paradoxos. Embora não sejam soluções consensuais, servirão ao menos para nos salvar, no caso de sermos acometidos por tormentos prolongados.

## JOBS E SÓCRATES

Qual é o seu sonho? Do que você abriria mão para satisfazê-lo? Steve Jobs tinha o sonho de passar uma tarde com Sócrates e abriria mão dos confortos tecnológicos para realizá-lo, caso fosse possível. Foi o que o magnata estadunidense, falecido recentemente, aos 56 anos, revelou em entrevista à Newsweek, em outubro de 2001: “Eu trocaria toda a minha tecnologia por uma tarde com Sócrates”.

A declaração torna-se um tanto mais intrigante se considerarmos que Jobs notabilizou-se exatamente no desenvolvimento de tecnologias no setor de informática, sendo responsável direta e indiretamente pela maior parte das inovações que conduziram à revolução tecnológica que experimentamos hoje. Pois ele, um guru da informática, um defensor e promotor da popularização tecnológica, abriria mão de toda a sua tecnologia por algumas horas com um filósofo grego, conhecido por importunar as pessoas com perguntas

sobre suas crenças e cuja maior sabedoria consistia no reconhecimento da própria ignorância.

O excêntrico sonho começa a fazer sentido ao notarmos que Jobs nutria certo elitismo, manifesto no desejo de estar sempre cercado de pessoas excepcionais, que, por sua inteligência e talento, faziam a diferença onde atuavam. Sócrates não só preencheria tais requisitos, como também, por sua sabedoria, poderia oferecer alternativa à impotência da tecnologia em relação aos fatos mais elementares da vida. “Nascermos, vivemos por um momento breve e morreremos. Tem sido assim há muito tempo. A tecnologia não está mudando muito este cenário”, observou Jobs em fevereiro de 1996, em entrevista à revista *Wired*. E se é evidente que Sócrates também não poderia mudar os fatos elementares da vida, vale acreditar que poderia conduzir uma edificante reflexão acerca deles.

É bem provável que a conversa hipotética de Jobs com Sócrates focasse os fatos da vida. Talvez, acabassem por partilhar as experiências pessoais de rebeldia: Jobs ouviria sobre a mobilização dos jovens atenienses e Sócrates sobre o movimento da contracultura. Concordariam sobre a importância de romper padrões de normalidade e de não se limitar a modelos e tendências impostas. Destacariam o desapego aos

bens materiais: Sócrates falaria de sua vida despojada e Jobs contaria sobre como se manteve distante da ostentação, apesar da fortuna. E, nisso, se Jobs mencionasse suas experiências com o ácido lisérgico (LSD), então Sócrates talvez pudesse antever alguns problemas com a cicuta.

Caso discorressem sobre o valor das convicções, Jobs elogiaria Sócrates por ter preferido a morte a mudar sua conduta; e Sócrates retribuiria o elogio ao saber que Jobs, por defender suas ideias, acabou fora da empresa que ajudou a criar. Então, para impressionar Sócrates, Jobs falaria do discurso que fez em 2005 aos formandos da Universidade de Stanford, sobre “não deixar o barulho das opiniões abafar a voz interior”.

E, se ainda restasse tempo, quem sabe, poderiam procurar semelhanças entre os sofistas e os ativistas do software livre.

# SE A VERDADE FOSSE MULHER

( I )

“Se a verdade fosse mulher, seria justificado suspeitar então que os filósofos, sendo dogmáticos, pouco entendiam de mulheres?” Com essa provocação, iniciou Nietzsche o prefácio de *Para além do bem e do mal*, obra em que desenvolveu uma aguda crítica ao dogmatismo presente no pensamento filosófico ocidental, há tempos prisioneiro da busca por conceitos puros e perenes. Decidido a pensar o mundo circunstancial e transitório em que vivemos, o filósofo atacou veementemente esse modelo dogmático de pensamento e sua pretensão de afirmar verdades absolutas. Para ele, não passa de ingenuidade a crença de que se possa atingir a realidade objetiva de algo, sem a deturpação natural e histórica da perspectiva humana.

A identificação da verdade com a mulher vem assinalar esse entendimento mais flexível acerca da verdade. Em oposição à pretensão dogmática de possuir verdades plenas e definitivas, a verdade é apresentada como algo que se esquivava, que não pode ser apanhado em plenitude nem possuído em definitivo. Tais seriam também as características do feminino. Tal qual a mulher, a verdade é aquilo que nunca está completamente acessível; aquilo em relação a que nunca se pode estar absolutamente certo; aquilo que nunca é tão simples.

No mundo da especulação filosófica, a busca de conceitos puros, transparentes e definitivos, no entender de Nietzsche, pouco revelou sobre a natureza da verdade. O filósofo, para o ser de fato, tem de reconhecer e considerar atentamente a parcialidade e a transitoriedade da verdade. Tem, portanto, de reconhecer na verdade aqueles elementos simbolicamente associados ao feminino, a saber, a potencialidade para o disfarce e para a transformação. A verdade-mulher está marcada pelo aspecto da não-transparência, da simulação. Ignorando isso, o dogmático se engana em relação à verdade tanto quanto se engana em relação às mulheres aquele que julga compreendê-las plenamente.

\*\*\*

Nietzsche teve grande apreço pelas mulheres, apesar das duras considerações que lhes dirigiu. Em *Ecce homo*, obra autobiográfica, consta uma síntese do seu ambíguo sentimento em ralação ao sexo oposto: “Ah, que perigoso, insinuante, subterrâneo bichinho de rapina! E tão agradável, além disso!...”. Talvez ele tenha exagerado um tanto suas considerações sobre o feminino devido a suas experiências pessoais – foi recusado nas duas propostas de casamento que fez. Ou talvez ele fosse mesmo, como sugeriu em várias ocasiões, um profundo conhecedor da psicologia feminina. De qualquer modo, sua leitura do feminino veio a calhar para uma caracterização da verdade que ele quis fazer aparecer, em oposição ao dogmatismo: a verdade como elemento esquivo, como insinuação; e mesmo assim atraente, desejável.

\*\*\*

A analogia nietzscheana da verdade-mulher tem o mesmo intuito da metáfora de Voltaire, segundo a qual “o estudo da metafísica consiste em procurar, num quarto escuro, um gato preto que não está lá”. O gato preto de Voltaire são as verdades absolutas perseguidas pelo pensamento metafísico. O quarto escuro onde elas são procuradas corresponde ao mun-



do ideal das formas transcendentas, puras e perenes; um mundo que só existe na especulação, e que não permite ver com clareza, muito menos o que não está lá, quer dizer, muito menos as verdades do mundo humano, transitório e finito.

Misturando a analogia de Nietzsche com a metáfora de Voltaire, surge a possibilidade de se pensar a verdade enquanto uma mulher num quarto escuro. E, contudo, não seria melhor a sorte da filosofia dogmática, empenhada em cortejar uma mulher que não está lá.

## SOBRE A DEMOCRACIA

A democracia é um modelo de condução da vida coletiva em que os envolvidos podem participar. Em teoria, esse modelo prevê um processo amplo de consideração das necessidades do povo pautado nos valores supremos da igualdade e da liberdade – *em teoria*.

Na prática, contudo, a democracia tem lá seus problemas. O povo, o suposto detentor do poder, geralmente reage à política com um comprometimento e um esclarecimento inferiores aos desejados. Pior: o povo é muito suscetível às paixões e pouco suscetível aos argumentos. Enquanto coletivo abstrato, o povo é o depositário da visão comum, dos preconceitos e da discriminação das minorias, de onde se vislumbra o potencial opressor da democracia – uma *ditadura* da maioria, como alguns exageradamente colocam.

A mera imposição numérica das maiorias está tão longe da verdadeira democracia quanto está de

garantir a verdade e a justiça. É falacioso supor que uma opinião torna-se verdadeira apenas porque tem amplo apoio; ou que uma decisão é justa porque reflete o anseio do povo. A verdade e a justiça se decidem pela adequação aos fatos e aos princípios morais, sendo nisso independentes do apoio ou da rejeição popular. Uma verdade seguirá sendo uma verdade, mesmo que a maioria das pessoas a rejeite, do mesmo modo como uma falsidade seguirá sendo uma falsidade apesar de a maioria acatá-la. Também uma justiça ou uma injustiça não alterará seu valor pela força das opiniões que se lhe somarem.

O ideal democrático não condiz com a mera legitimação da *vontade espontânea* da maioria, mas de uma construção coletiva de acordos que contemplem o interesse de todos. O elemento *quantitativo* do processo democrático, a posição da maioria, deve estar atrelado ao elemento *qualitativo* da consideração do valor legítimo de todas as vontades, inclusive aquelas das minorias. A participação, tão celebrada nos processos democráticos, precisa ser qualificada enquanto debate racional e aberto, em que a verdade e a justiça não sejam confundidas com interesses majoritários. Do contrário, a democracia poderá facilmente converter-se num campo de manobras, em que o povo, como um

rebanho, é induzido a apoiar causas perversas, como já ficou evidenciado em tantos momentos da história.

A democracia genuína pressupõe, portanto, não uma massa de pessoas uniformes em suas opiniões e interesses, mas um grupo de indivíduos conscientes e comprometidos com a construção conjunta de uma sociedade mais justa para todos. E, apesar de ainda estarmos distantes desse ideal democrático e apesar de todos os inegáveis problemas da democracia real, ainda assim não convém que a abandonemos. Parafraseando Churchill, no famoso discurso de 1947 na *Casa dos Comuns*, em Londres, a democracia até poderá ser considerada a pior forma de governo, mas apenas se desconsiderarmos todas as outras que são experimentadas de tempos em tempos.

## PARADOXO AMBIENTAL

Uma questão recorrente, quando se considera o problema ambiental, diz respeito à necessidade de todos agirem conjuntamente. E agir conjuntamente significa, nesse caso, cada um fazer a sua parte. Tomemos a questão da poluição do ar, apresentada como um problema de saúde pública pela Organização Mundial de Saúde: em alguns centros urbanos 90% da alta poluição do ar é causada pelos veículos. Sem esperar possíveis soluções tecnológicas, caberia o empenho imediato de cada um no uso racional dos meios de transporte: caminhar em trajetos curtos, usar bicicleta para médias distâncias e, sempre que possível, valer-se do transporte coletivo. Uma solução viável desde que todos participem.

Mas esse tipo de ação conjunta, que deveria representar uma facilidade na resolução de problemas, torna-se, na prática, o ponto fraco de toda e qualquer mudança coletiva de atitude. Isso porque as pessoas

acabam, na maior parte das vezes, presas a uma versão egoísta do *paradoxo de sorites*.

“Sorites” é o termo grego para “monte” (grande quantia, pilha) e o paradoxo explora exatamente a dificuldade de se indicar, em linguagem comum, o momento em que um monte de areia deixa de ou passa a existir, na hipótese de se tirar ou acrescentar um grão de cada vez. Se aceitarmos que dois ou três grãos não fazem um monte de areia, o acréscimo de mais um grão não alterará tal condição. E se, diferentemente, concordarmos que um trilhão de grãos formam um monte de areia, não é pela retirada de um único grão que ele deixará de sê-lo.

A versão egoísta do *paradoxo de sorites*, aplicado às questões do meio ambiente, conduz ao paradoxo ambiental: se todos (ou, pelo menos, a grande maioria) se esforçarem para reduzir os efeitos da vida privada na *saúde* do meio ambiente, o fato de alguns não se empenharem não vai representar um impedimento para a resolução do problema; portanto, posso continuar fazendo o que sempre fiz, pois os outros mudarão o mundo mesmo sem minha ajuda. Quer dizer, não é a falta de um, ou de alguns grãos de areia que vai descharacterizar o monte. Noutra perspectiva, o paradoxo pode partir de uma boa vontade que é refreada pela

percepção da insignificância da ação isolada: do que adianta eu mudar minhas atitudes, deixar de fazer algo que me agradaria ou que facilitaria minha vida em nome de uma causa que ninguém mais assume? É a ideia de que, se não há um monte de areia, um único grão não poderá criá-lo.

Porém, o paradoxo só existe porque, embora um monte de areia não possa ser criado pelo acréscimo de um grão ou destituído por sua subtração, um monte é feito de grãos. Se acrescentarmos um grão a alguns outros, e depois mais um, e mais um... teremos um monte. Do mesmo modo, se tirarmos um grão de um monte de areia, depois outro e outro... o monte se desconstituirá. Em algum momento, um grão a mais ou a menos faz toda a diferença, essa é a lição que fica para pensarmos nossa participação no cuidado com o meio ambiente. Não podemos desprezar a relevância de nossa contribuição.

## TRÊS COISAS QUE A FILOSOFIA NÃO É

Uma das primeiras dificuldades filosóficas é a própria definição de filosofia. Historicamente, muitos filósofos têm assumido a tarefa de esboçar algumas respostas possíveis para essa questão. Nenhuma delas, entretanto, mostrou-se completa o suficiente para encerrar a discussão. Isso se deve, sobretudo, às características da própria filosofia que, por não possuir um objeto específico de estudo nem mesmo um método próprio, comporta várias aplicações e interpretações. Tal dificuldade colaborou para que proliferasse uma vasta gama de falsas noções sobre o que é a filosofia. Porém, o fato de não haver uma definição clara para a pergunta “O que é a filosofia?”, não quer dizer que a filosofia seja várias coisas ou qualquer coisa. Nesse sentido, considerando que se pode esclarecer muito sobre um assunto mostrando o que ele não é, seguem algumas refutações conceituais acerca da filosofia.



1) *A filosofia não é um recital de opiniões.* Opiniões, enquanto manifestações espontâneas e geralmente irrefletidas, só podem participar da filosofia enquanto ponto de partida para uma investigação racional da realidade, jamais como ponto de chegada. A filosofia pode se valer das opiniões em seu proceder, mas de modo algum constituir-se delas. Opiniões são pareceres (parciais, superficiais) sobre a realidade, a filosofia pretende ser um conhecimento racionalmente fundamentado. A opinião está tão longe do conhecimento quanto da filosofia. Emitir opiniões, trocar opiniões, construir opiniões pouco ou nada tem a ver com filosofar. E se alguém disser que se pode argumentar, fundamentar opiniões e com isso filosofar, o protesto procede, mas aí já não se tratam mais de meras opiniões. Pela fundamentação, a opinião ganha *status* de conhecimento.

2) *A filosofia não é um conjunto de saberes místicos.* Tida por muitos como inacessível e nebulosa, a filosofia passou a ser erroneamente confundida com toda sorte de mística, religiosa ou leiga.

Todavia, a filosofia não se confunde, nem sequer se ocupa, fundamentalmente, com o âmbito do sobrenatural, do mágico, do encantado. Se há algo que se pode, seguramente, sustentar acerca da filosofia é que se trata de uma atividade racional. E o místico é, por excelência, aquilo que se esquivava da razão.

- 3) *A filosofia não é um modo de vida.* No uso normal da língua portuguesa é comum se empregar o termo *filosofia* para designar um estilo de vida, como, por exemplo, na expressão “Ele/ela tem uma bela filosofia de vida”. Embora pudéssemos, com alguma violência interpretativa, identificar características da filosofia ocultas em tal uso do termo, a filosofia não pode ser confundida com uma leitura pessoal de mundo ou uma sabedoria de vida. Tais ideias negligenciam o caráter universal da filosofia, que a racionalidade lhe confere. Cada indivíduo pode compor um sistema de crenças, de valores, de procedimentos próprios sem que isso tenha algo a ver com filosofia. Além do que, sustentar que a filosofia equivale aos diferentes modos

de vida, nada revela sobre o que é a filosofia;  
e o que é mais grave, sugere que quase tudo,  
ou qualquer coisa, seja filosofia.

Para ajudar a identificar as falsas concepções/  
definições de filosofia, vale notar que ela está sempre  
mais próxima de um exercício de razão, uma ativi-  
dade de pensamento, do que de qualquer pretense  
conjunto de opiniões, magias ou modos de vida. No  
mais, parece que a filosofia é algo que só se deixa  
compreender realmente quando se começa a filosofar.

## REDES SOCIAIS

Uma hipótese explicativa para o sucesso estrondoso e ainda crescente das redes sociais tem como pressuposto inicial uma constatação da biologia evolutiva, segundo a qual os seres humanos evoluíram em pequenos grupos sociais em que a imagem e o *status* tinham destacada importância: a conquista de aliados para a proteção e a de parceiros para a procriação dependia da posse de determinadas características continuamente divulgadas ao grupo. Em outros termos, a sobrevivência e o sucesso reprodutivo de nossos ancestrais estavam atrelados à capacidade do indivíduo de se fazer reconhecer como apto para tais funções. Por regra, então, somos todos descendentes de indivíduos que tiveram sucesso suficiente na divulgação de suas qualidades para conseguir aliados e parceiros sexuais. E, na condição de seus descendentes, conservamos, como herança biológica, esse impulso para a autopromoção.

Quer dizer que carregamos um impulso evolutivo para a propaganda de si? Exatamente. E as evidências disso são fáceis de encontrar, basta observar o comportamento dos jovens e adolescentes no auge da maturidade sexual, quando dão elevada importância para o julgamento dos outros. Daí se esforçam para estar sempre na moda, por exemplo. Há, nessa fase, uma busca intensa por visibilidade que deixa os meninos mais propensos a atos de heroísmo e bravura, enquanto as meninas dão mais atenção à maquiagem e às vestimentas. É o mais puro impulso pela busca de reconhecimento, de visibilidade e de parceiros.

Embora isso tudo se revele mais fortemente a partir da adolescência, esses impulsos nos acompanham por praticamente toda a existência. Inconscientemente, nossa preocupação com a aparência (beleza) reflete um cuidado em demonstrar aptidão física (saúde), por exemplo. Outras características também são centrais, tais como inteligência geral, afabilidade, extroversão, conscienciosidade, abertura a experiências e estabilidade emocional. Em torno dessas características, concentram-se nossos esforços na identificação de amigos e parceiros sexuais compatíveis às nossas necessidades.

Mas como tudo isso se relaciona com o sucesso das redes sociais? É simples, as redes sociais simplificam e facilitam esse processo de divulgação de características pessoais. Através de postagens, comentários, fotos e outros recursos disponíveis, comunicamos e reforçamos com eficiência nossas características a amigos e possíveis parceiros sexuais. Houve tempo em que era preciso desfilarmos pelas calçadas das cidades ou vilas para encontrar amigos e galantear. Agora basta criar um perfil em alguma rede social.

Por outro lado, o que explica o sucesso das redes sociais também pode esclarecer sua ruína. A auto-propaganda que elas viabilizam funciona bem com um número não muito grande de amigos, pois aí nossas postagens e ações são mais facilmente notadas. Contudo, se ao seguir o impulso evolutivo de agregar amigos acabamos inchando demasiadamente a rede, então, a visibilidade se dissolve e parece que já não tem mais graça. No fundo é apenas a eficiência que se perdeu.

## A ILUSÃO DO FIM DA HISTÓRIA

A internet é uma maravilha, dentre outras razões, porque possibilita o acesso a muitas coisas realmente fantásticas. É uma pena que tenhamos de ter razoável sorte para topar com elas. Porém, por sorte, dia desses, esbarrei em um texto de divulgação de um recente estudo do psicólogo Daniel T. Gilbert e colaboradores a respeito da percepção que as pessoas têm do futuro, de seu futuro. Qual a novidade? O estudo mostra que, independente da idade em que se encontram, as pessoas costumam reconhecer que mudaram bastante nos últimos dez anos, mas consideram que mudarão muito pouco nos próximos dez.

A pesquisa foi publicada no volume 339 da revista *Science* ([www.sciencemag.org](http://www.sciencemag.org)), de 4 de janeiro de 2013, com o título *The end of history illusion* (A ilusão do fim da história). A conclusão de que as pessoas têm uma boa leitura do passado, mas uma

concepção falha do futuro, resultou de um estudo com mais de 19 mil participantes e que se estendeu por vários anos.

A falha na percepção do futuro poderia ser explicada, segundo os autores da pesquisa, pelo conforto da crença num futuro previsível que acaba sendo projetado como uma extensão do presente. Além disso, a dificuldade em imaginar o que poderá ser diferente no futuro pode ser uma limitação adicional em conceber mudanças, de modo que, sem poder indicar o que será diferente, ganha força a ideia de que tudo continuará mais ou menos como está.

O que a pesquisa revela se torna interessante, sobretudo, por mostrar o quanto somos insensíveis à nossa própria condição existencial de seres inacabados e, por isso, em constante construção. Somos seres de possibilidades, podemos escolher ser muitas coisas, ou simplesmente podemos nos deixar levar pelas circunstâncias e, mesmo assim, estaremos continuamente abertos às mais variadas possibilidades.

Por não haver um modelo definido de existência, que nos prende em possibilidades específicas, tal qual *o instinto* em muitas espécies animais, nossa existência sempre comportará novas e variadas possibilidades. Enquanto vivos, nunca estaremos em condições de



dizer “já não posso ser nada além do que sou, já não tenho mais nada para aprender”. As possibilidades são infinitas e estaremos sempre abertos a elas. Apenas a morte, enquanto possibilidade limite, pode nos impedir de realizar outras possibilidades de ser.

A busca de estabilidade e a própria acomodação são possibilidades existenciais que podemos escolher ou não realizar, mas, mesmo que busquemos a acomodação, essa escolha não eliminará as outras possibilidades que permanecerão disponíveis. Então, o que a pesquisa revela sobre nós, quando acreditamos que não haverá muita mudança em nosso futuro, é, de certa forma, uma recusa prévia de todas as possibilidades que a existência comporta para além daquelas que já assumimos. E junto a isto está uma incompreensão da faticidade existencial, ou seja, da contingência como elemento intrínseco ao desenrolar da vida.

A vida é construída através de possibilidades, mas estas estarão sempre atreladas às circunstâncias. E, embora possamos controlar nossas escolhas, fazendo a eleição das possibilidades que temos, não controlamos a oferta das possibilidades, pois elas dependem do momento, do contexto. Por isso, também, que a mudança deveria ser nossa maior expectativa.

## O PERIGO DA NORMALIDADE

Quando Otto Adolf Eichmann, oficial nazista responsável pela logística de extermínio dos judeus na Segunda Guerra Mundial, foi encontrado na Argentina, em 1960, para onde havia fugido, foi logo conduzido para julgamento em Jerusalém. Seu julgamento foi um evento de grande repercussão, sendo acompanhado de perto por pessoas de todo o mundo, dentre as quais destacava-se Hannah Arendt, uma filósofa judia de prestígio internacional que, antes de se refugiar nos Estados Unidos, experimentara o terror do antissemitismo alemão. Ela cobriu o julgamento como enviada da revista *The New Yorker*. Depois, em 1963, publicou *Eichmann em Jerusalém*, onde apresentou em detalhes sua percepção sobre o caso.

Destoando de uma perspectiva generalizada que considerava o réu um monstro psicopata, ela observou que, assim como muitos, ele era apenas uma pessoa normal, “assustadoramente normal”. Suas funções

dentro do regime nazista eram encaradas como parte de um trabalho burocrático qualquer, que ele buscava desempenhar com zelo. Sobre como seria possível que uma pessoa normal não distinguisse entre o bem e o mal, Arendt supôs que simplesmente a questão nunca teria sido posta por ele, assim como não era posta pela maior parte do povo alemão. Como um funcionário dedicado, ele cumpria ordens sem refletir sobre a dimensão de seus atos. A ausência de reflexão seria a marca de uma normalidade que, no contexto do totalitarismo nazista, levou a uma *banalização do mal*.

Voltando um pouco no tempo, é possível compreender mais bem estas afirmações. Em 1927, Martin Heidegger, professor e amante de Arendt, marcado por um breve envolvimento com o nazismo em 1933, publicou *Ser e tempo*, sua obra máxima, onde coloca como sendo próprio da condição humana a tendência de se entregar às ocupações cotidianas a ponto de viver sem prestar atenção à vida. Essa vida desatenta, que corresponderia ao normal da existência humana, seria comandada pelo modo de ser comum, em que cada um repete os outros em seu modo de ser, agir e pensar. Heidegger chamou esse modo de existir de inautêntico e apontou o caminho para a autenticidade através da consciência em relação à singularidade de

cada existência e da conseqüente responsabilidade para com ela. Porém, alertou para as dificuldades inerentes ao abandono do modo de vida comum: viver como os outros é mais confortável, pois se cada um vive como os outros também vivem, o peso das escolhas não precisa ser assumido por ninguém; o que fazer e como viver já está sempre definido segundo o jeito como se vive no momento. E, quando isso ocorre, a reflexão perde espaço, pois já não há mais o que ponderar.

O aparato publicitário nazista disseminou o antissemitismo na população alemã que, convertido em elemento comum, passou a ser reproduzido de modo tão irrefletido quanto qualquer outro elemento da cultura. Pessoas normais converteram-se, então, em agentes de uma maldade que não escolheram, mas que reproduziram na ausência da reflexão.

## IDEIA PARA UMA PEÇA FILOSÓFICA

Primeiro ato: toca o telefone e alguém atende.

– Alô!

– Alô! Quem é?

– Jorge.

– Jorge é seu nome, mas quem é você?

– Filho do seu Antônio e da dona Maria, que...

– Você está fugindo do assunto, Jorge! Suas origens fazem parte de outra resposta, sobre de onde você vem. Eu perguntei “quem é você?”.

– Ora, eu sou eu.

– Sim, evidentemente você é você, mas isso já estava pressuposto na pergunta e nada acrescenta à resposta. Então...

– Certo. Deixa ver. Sou um estudante, pessoa pacata, que gosta de namorar, ouvir música, ir ao cinema...

– De novo! Você está fugindo do assunto... Contar o que você faz e as coisas de que gosta, não responde à pergunta sobre quem é você.

– Como não?! Já ouvi dizer que o que fazemos e do que gostamos diz muito sobre nós. E isso sempre me pareceu bem razoável.

– Sim, de certa forma nossas ocupações e preferências revelam algo sobre nós, mas não o essencial. Considere que você poderia deixar de ser um estudante, assim como poderia passar a gostar de coisas diferentes, e mesmo assim continuaria a ser você, não é?

– Certo, certo. Talvez eu possa dizer, então, que “sou apenas um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior”...

– Sim, mas “isso é somente uma canção”. Pouco serve para o explicar, pois existem aos montes nessa condição. A questão ainda persiste: quem é você, rapaz latino americano?

– Está ficando muito complicado... Por que você está me perguntando isso? Ou melhor, por que mesmo você está me ligando?

– Desculpe, eu não me apresentei adequadamente. Meu nome é Carlos e trabalho no telemarketing

da “Sócrates Empreendimentos”. Estou ligando para lhe oferecer nossos produtos.

– Ah! Então quer me vender algo... E de que empreendimentos estamos falando?

– Não propriamente vender. Quero apenas lhe *oferecer* questões filosóficas.

– Os empreendimentos são questões filosóficas?

– Digamos que as questões filosóficas constituem a base do empreendimento.

– E por que alguém iria querer questões filosóficas?

– Elas são importantes, fazem pensar.

– Sei... E como funciona?

– É bem simples. Nós oferecemos a primeira questão. Ao buscar resposta para ela, outras vão aparecendo naturalmente.

– E existem muitas outras questões?

– Sim, várias. E cada uma se multiplica em incontáveis outras questões. Assim os empreendimentos vão rapidamente ganhando dimensão. Você gostaria de experimentar?

– Claro!

– Então... Quem é você?

## MARX RECLAMA DE IMPEDIMENTO

A história da filosofia está cheia de filósofos cujas biografias são tão irreverentes quanto seus próprios pensamentos. Pouquíssimos, contudo, estão ao nível de Karl Marx (1818-1883). Ele estudou direito, história, arte e literatura, além de filosofia, em que se doutorou ainda jovem, em 1841, com intenção de conseguir uma vaga como professor. Todavia, a vaga lhe foi negada, em decorrência de suas motivações políticas. Por isso, acabou dedicando-se ao jornalismo, escrevendo artigos que, não raro, a censura lhe impedia de publicar. E quando assumiu a direção de um jornal em 1842, o governo acabou por fechá-lo. Em 1843, já casado, mudou-se para Paris, de onde foi expulso logo no ano seguinte. Mudou-se, então, para a Bélgica, onde continuou sua produção intelectual e sua militância política (o que para ele era praticamente a mesma coisa). Não



demorou, contudo, para que fosse preso e expulso também desse país. Por fim, conseguiu fixar-se na Inglaterra, onde fundou a “Associação Internacional dos Trabalhadores”, em 1864.

Tanto quanto os problemas políticos, as dificuldades econômicas também foram uma constante na vida de Marx. Mesmo com ajuda financeira de amigos (dentre os quais seu abastado parceiro intelectual Friedrich Engels, com quem escreveu *A ideologia alemã*), ele e sua família atravessaram momentos de grande carência. Com alguma frequência, ele tinha de penhorar seu casaco de inverno, o único que o deixava *em condições de ser visto* em espaços públicos, para sanar dívidas e bancar as despesas do cotidiano até ser socorrido por alguém. E quando isso acontecia nos períodos de inverno, ele ficava impedido de frequentar o Museu Britânico, onde fazia as pesquisas que embasavam a produção de *O capital*, sua obra máxima. (Nesse ponto, será sempre um mistério saber o quanto da acidez de sua crítica ao capitalismo é remorso pelas privações que enfrentava).

Marx é geralmente associado à crítica ao capitalismo e às teorizações socialistas e comunistas. Por isso, depois da derrocada do comunismo, suas ideias passaram a ser vistas com algum descrédito a

mais. Todavia, sempre que surge um foco de crise na estrutura capitalista, seu nome volta a ser lembrado e seus livros voltam a ser lidos. Como grande intérprete do capitalismo, ele foi o profeta das crises que vieram e, quiçá, das crises que virão. É bem verdade que sua previsão da emancipação dos trabalhadores e a extinção do capitalismo, que daria lugar ao socialismo, não vingou, mas essa falha no prognóstico não desmente seu brilhante diagnóstico. No mínimo, há de se reconhecer a gigantesca influência que Marx (e o maxismo) exerceu para a reestruturação de um capitalismo mais ameno ao trabalhador. Por isso, provavelmente, seja considerado por muitos como o filósofo mais influente de todos os tempos.

Ser influente era, de fato, uma meta para Marx. Ele realmente vivenciou o sentido daquela que talvez seja a sua frase mais conhecida, registrada em *Teses sobre Feuerbach*: “os filósofos [até então] não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente, cabe porém transformá-lo”. E, porque queria que suas ideias contribuíssem para a transformação do mundo, ele escrevia para ser entendido, sendo nisso diferente de muitos filósofos que, por seu estilo tortuoso, conferem à própria filosofia uma fama de *difícil*.

Marx deu impulso a um fazer filosófico, senão mais engajado, pelo menos mais próximo da realidade das pessoas. A filosofia se tornou com ele mais social e mais existencial. Ele quis fazer a filosofia partir dos eventos concretos, da história contextualizada, não de especulações vazias. Isso é principalmente o que ele criticou em Hegel: a tendência deste em pensar o mundo a partir de abstrações, de ideias. Marx não acreditava que o mundo pudesse ser mudado apenas pela força das ideias, porque, para ele, as próprias ideias estavam condicionadas pelo mundo histórico. As ideias, assim como a consciência que cada um tem de si e do meio, seriam, segundo ele, produzidas a partir das relações estabelecidas entre os homens na produção de sua existência. O que significa dizer que, grosso modo, o nosso jeito de pensar está intimamente atrelado ao modo de vida que levamos. No limite, não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Como a vida é sempre disposta e organizada socialmente, os modos dessa disposição resultam nos modos de pensar de cada um. E, assim, para mudar a nossa visão de mundo, teríamos de mudar a estrutura social em que estamos inseridos – a estrutura social

que, por exemplo, faz-nos tomar o capitalismo como *natural*, não obstante sua opressão e exploração interna.

\*\*\*

É difícil não lembrar de Marx diante dessas tentativas de conscientização coletiva, voltadas à alteração do comportamento das massas – demasiado egoísta, consumista, danoso ao meio ambiente etc. O resultado dessas tentativas, quando há algum, é mínimo. Daí a ponderação de que Marx talvez estivesse certo ao pensar que não dá simplesmente para mudar as ideias esperando que o mundo mude depois. Afinal, faz sentido pretender pessoas menos egoístas em um mundo focado no indivíduo? Como almejar consumo responsável em uma sociedade organizada em torno da potencialização do consumo? Se a sociedade afasta as pessoas da reflexão, de onde virá a esperança de usar a reflexão para salvar a sociedade?

\*\*\*

Um famoso esquete do grupo de humor britânico Monty Python simula uma *partida de futebol dos filósofos*, em que grandes expoentes da filosofia alemã enfrentam um time de pensadores gregos. Os gregos são representados, dentre outros, por Sócrates, Platão, Aristóteles e Arquimedes. No time alemão, jogam

Kant, Hegel, Schopenhauer, Heidegger e outros – a surpresa é a presença de Beckembauer. Marx inicia o jogo no banco.

A graça e a sátira estão no descaso dos filósofos em relação à bola, que fica parada no centro do campo até quase o final da partida, quando Arquimedes (*Euréka!*) a encontra e inicia a única jogada do prélio, que termina com um gol de Sócrates para os gregos. Por conta do gol grego, os alemães reclamam com Confúcio, o juiz. Hegel argumenta “que a realidade, *a priori*, é mera subordinada de éticas não-naturais” e Kant, via imperativo categórico, diz que, “ontologicamente, a realidade só existe na imaginação”. E Marx, que havia acabado de entrar em campo, substituindo Wittgenstein, reclama de impedimento.

Enquanto Kant e Hegel manifestaram-se em relação a perspectivas distantes do contexto imediato da partida de futebol, Marx está considerando as condições reais de jogo, o fato e as regras. E, vale notar, Sócrates estava mesmo em posição irregular.

(Para assistir o esquete, basta buscar por “futebol dos filósofos” no YouTube.)

## ENCICLOPÉDIAS

O recente anúncio de que a tradicional *Enciclopédia Britânica* deixará de ser publicada em papel, restringindo sua existência ao formato digital, além de contribuir para o debate acerca da permanência do papel impresso no mundo emergente das mídias eletrônicas, propicia uma reflexão sobre as transformações relativas à produção e divulgação do conhecimento na sociedade tecnológica atual.

A enciclopédia, enquanto compilação dos conhecimentos disponíveis, é uma ideia antiga, que, ganhou dimensão e *status* no século 18, pelo esforço de edição dos filósofos D’Alambert e Diderot, que, com a ajuda de Rousseau, Voltaire e Montesquieu, reuniram o conhecimento científico e filosófico da época em uma coleção de 28 volumes. Os filósofos enciclopedistas nutriam a crença iluminista sobre a capacidade de o conhecimento racionalmente produzido poder transformar o mundo em um lugar mais

harmônico e civilizado. A enciclopédia de alguma forma contribuiria para isso ao divulgar o conhecimento acumulado até então. Vale dizer que a produção de conhecimento era tarefa quase que exclusiva dos especialistas filósofos e cientistas, considerados os guardiões da racionalidade. E, embora o conhecimento resultante não fosse definitivo, conforme constatado depois, esteve por muito tempo acima de qualquer suspeita. Paradoxalmente, a mesma ciência que, na época, erguia-se furiosa contra o conservadorismo do pensamento religioso, mal se percebia abraçada ao mais tradicional dogmatismo.

Os iluministas não estavam enganados quanto ao poder edificador do conhecimento, que parece ser uma crença sensata, mas talvez tenham se enganado em relação à velocidade com que isso ocorreria: passados mais de dois séculos, parece que estamos ainda bastante distantes de atingir a harmonia e a civilidade almeçadas. Nesse meio tempo, a razão produziu tantos *monstros* (guerras *high tech*, dominação disfarçada) a partir do conhecimento conquistado que, balanceados, quase se equiparam aos benefícios por ela gerados. Isso em conta, e sem negar as muitas ambiguidades que ainda cercam o advento das novas tecnologias, é preciso reconhecer que elas viabilizaram o ideal

democrático em amplitudes antes inimagináveis: não apenas o conhecimento está mais acessível, como está também mais aberto em seu processo de construção.

Nesse novo cenário, até mesmo a proposta de uma enciclopédia do conhecimento precisa ser reciclada. A *Wikipédia*, enciclopédia *online*, livre e de produção colaborativa, é o exemplo emblemático dessa mudança de perspectiva. A Britânica, ao migrar para o meio eletrônico, não viabilizará a intervenção colaborativa de seus leitores, mas poderá brindá-los com periódicas e necessárias atualizações. Não é estratégia, é adaptação a um tempo que já não comporta a ideia de conhecimento como algo acabado, que, uma vez conquistado, possa ser arquivado em definitivo nas páginas de um livro qualquer.



## CALÇA NOVA DESBOTADA

Ainda lembro a dificuldade que a minha mãe teve para entender que eu tinha, tempos atrás, comprado uma calça nova já desbotada, parecendo mesmo bastante usada. Minha mãe não acompanhou os movimentos da contracultura e, portanto, não entendia o simbolismo implícito em uma calça nova desbotada. Na verdade, eu também não entendia. Acontece que calças novas desbotadas estavam na moda e era, de fato, muito difícil encontrar calças que já não viessem desbotadas.

O raciocínio da minha mãe até que era consistente: quando compramos algo novo deve ter o aspecto de novo, do contrário, continuaríamos usando o velho. Porém, a moda não é nada consistente.

A história das calças desbotadas, até onde me foi permitido descobrir, é mais ou menos assim: na década de 1950, o *jeans* era a vestimenta típica

das classes inferiores, compostas basicamente por trabalhadores braçais (que usavam as peças até praticamente se desintegrarem), e por isso foi adotado pelo movimento da contracultura, nas décadas de 1960 e 1970, como símbolo da luta contra a lógica consumista do capitalismo; depois, muitos artistas adotaram a indumentária, por engajamento à causa da contracultura ou por puro despojamento estilístico, e a coisa virou moda. Então, calças novas desbotadas passaram a ser produzidas em escala industrial e comercializadas na loja da esquina.

\*\*\*

A história das calças desbotadas é paradoxal, especialmente por dois motivos. Primeiro, porque surge como elemento de crítica ao consumismo capitalista e acaba por se converter numa mercadoria lucrativa. Segundo, porque exemplifica um traço comum da estrutura cultural, em que determinados hábitos, produtos ou ideias sobrevivem apesar da completa ocultação das condições que conferiam significado ao seu surgimento. Chamarei isso de *fator calça nova desbotada*.

Algo similar estaria presente na origem do próprio espírito capitalista de acumulação. Pelo menos se o sociólogo Max Weber estiver certo,

foi no contexto das religiões protestantes (que consideravam o enriquecimento como indício de agraciamento divino, mas que condenavam o consumo e a ostentação) que o esforço em acumular riquezas consolidou-se. Com o tempo, a ideologia religiosa enfraqueceu e a busca de riquezas se manteve como um fim em si, completamente alheio ao sentido originário que possuía.

Depois, como parte das estratégias de reação às crises constantes, as pessoas foram *induzidas* a gastar suas economias, mas, numa renovada aparição do *fator calça nova desbotada*, a prática do consumo manteve-se independentemente do contexto em que foi incentivada e, por isso, agora, a compra não é mais necessariamente um ato de aquisição de algo de que precisamos. A compra tem um fim em si mesma: compramos pelo simples prazer de comprar.

\*\*\*

Infelizmente, o *fator calça nova desbotada* não atinge apenas alguns poucos hábitos e costumes. Manifesta-se por toda parte, sendo especialmente comum e perigoso no âmbito do pensamento. Tomemos nossos preconceitos: são ideias mantidas, apesar de já não fazerem sentido algum.

## A SACRALIDADE PERNICIOSA DAS OPINIÕES

Uma opinião é a manifestação de uma percepção sobre algo. A percepção em jogo na opinião tem o caráter de um ponto de vista. Daí podermos definir a opinião como uma perspectiva compreensiva, que tanto pode ser individual quanto coletiva. Uma opinião é coletiva quando compartilhada por muitos ou por todos os indivíduos de um grupo; é individual quando pertence a apenas uma pessoa. Opiniões realmente individuais são muito raras.

As perspectivas compreensivas expressas pelas opiniões moldam-se a partir dos elementos oriundos da cultura e das experiências vividas pelos indivíduos, pressupondo níveis diferentes de raciocínio e de informação. Reconhecendo as múltiplas variações desse pano de fundo (perspectiva) que origina as diferentes opiniões, é sensato considerar que umas são mais qualificadas que outras. E isso quer dizer,

precisamente, o seguinte: as opiniões não têm todas o mesmo valor, devendo ser discriminadas de acordo com o conteúdo que vinculam.

A valorização exagerada das opiniões, das meras opiniões, de quaisquer opiniões, independentemente de seus conteúdos, tão comum em nossos dias, não deixa de ser uma perversão do bom senso. A internet e a imprensa, ao abrirem cada vez mais espaço para a manifestação de seus usuários, ajudam a consolidar a ideia equivocada de que qualquer opinião tem valor e deve ser respeitada apenas por ser uma opinião. Mas, qual é, afinal, o valor de uma opinião desinformada sobre um tema estritamente técnico? Não é mais sensato considerar uma opinião formulada a partir de um amplo conhecimento e de uma reflexão rigorosa como infinitamente mais valiosa do que uma opinião gestada na ignorância dos fatos e das circunstâncias pertinentes? O que se ganha com a imunização prévia de toda e qualquer opinião?

Negar o fato de que existem boas e más opiniões, protegendo qualquer opinião sob o véu da sacralidade, é um desserviço que se presta ao projeto de desenvolvimento intelectual e social da humanidade, pois com isso se impede que, pelo confronto das opiniões, conquiste-se a depuração de um conhecimento mais

confiável, que possa orientar a ação humana individual e coletiva, que só pode acontecer na medida em que perspectivas superficiais e errôneas puderem ser abandonadas em nome de outras mais bem fundamentadas e mais coerentes com a realidade.

O *respeito*, que muito se reivindica para as opiniões, não deve significar mais que o direito que cada pessoa possui de manifestar seu ponto de vista e de ser ouvida pelas outras. Respeitar as opiniões não implica ter de acatar qualquer opinião como válida – tal qual uma vaca sagrada, que não deve ser bulida em hipótese alguma. Da mesma forma que o respeito que se deve a cada pessoa não torna ninguém imune às suas responsabilidades, também o respeito cabível às opiniões não deve significar imunidade para seu conteúdo. Uma vez manifestadas, as opiniões ficam sujeita a apreciações e críticas, sendo essa a mais profunda manifestação de respeito que se pode fazer a elas, sob a perspectiva da racionalidade, uma vez que as toma como parte de um processo dialógico maior que busca o aprimoramento da compreensão coletiva do mundo.

Contra a ideia de que ter opinião (independentemente da qualidade) é sinônimo de criticidade, vale notar que a atitude crítica implica, antes de tudo, a

abertura para avaliar e reconsiderar as próprias crenças pelo confronto com posições diferentes. Não há absolutamente nada de crítico em afirmar cegamente posições inconsistentes que não podem resistir ao confronto argumentativo. Nisto reside, mais precisamente, o oposto da criticidade: o dogmatismo. Nesse ponto, quando a opinião se torna dogma, as possibilidades para o diálogo se bloqueiam e as pessoas ficam fechadas em perspectivas da realidade muitas vezes limitadas, distorcidas e preconceituosas, tudo em nome da sacralidade das opiniões.

Em contextos argumentativos, muito se apela para a sacralidade das opiniões, como forma de justificar a aceitação ou recusa de uma posição. Fala-se: “esta é a *minha* opinião”, “aquela é a *sua* opinião” ou “tal é a opinião *dele*”. Com isso, sugere-se que a posição defendida é apenas *uma* dentre outras e que, como tal, não goza de maior ou menor grau de verdade em relação às demais. Fica subentendida uma concepção subjetivista da realidade, desde onde a verdade sobre o mundo resulta como uma verdade relativa ao modo privado de ver as coisas. Essa posição argumentativa é chamada, em lógica, de *falácia relativista*.

A falácia relativista envolve um raciocínio problemático, que promove uma confusão entre opinião e

verdade, entre o que alguém “acha que é” e aquilo que “efetivamente é”. Pensa-se assim: o que cada pessoa acha torna-se verdade para ela. Mas não é assim, pois, por exemplo, o fato de alguém acreditar que fadas existem (opinião), não torna efetivamente real a existência delas (verdade). Da mesma forma, a opinião de que o a teoria heliocêntrica é falsa, não altera em nada o funcionamento real do cosmos. Em suma, a pretensão de fazer a opinião valer pelo simples fato de ser uma opinião, implica uma perda profunda de objetividade em relação ao conhecimento, tornando tudo relativo.

Contudo, por mais que seja inconveniente falar em verdades absolutas, não se segue daí que qualquer coisa que as pessoas concebiam em opinião valha como conhecimento verdadeiro. Mesmo em discussões de âmbito moral e político, em que é sempre suspeito falar de verdades objetivas, pode-se ainda assim distinguir princípios que viabilizam a avaliação das opiniões como mais ou menos sensatas. O fato de não existir uma concepção absoluta sobre o que é certo e o que é errado, não basta para qualificar como justa qualquer avaliação moral.



## SOBRE A PERSUASÃO POR ARGUMENTOS

A pretensão de convencimento pertence à própria definição de argumento: atrelar razões que apoiem uma conclusão que se pretende fazer aceitar. Em lógica, as razões que apoiam a conclusão são chamadas de premissas. Num argumento, a relação entre as premissas e a conclusão é indicada por expressões como “portanto”, “logo”, “segue-se que” etc. Tais expressões sugerem que, uma vez aceitas as premissas é lógico aceitar a conclusão. Claro que nem sempre é assim. Às vezes, problemas no raciocínio fazem supor como necessárias conclusões que não meramente possíveis, não obstante a plena aceitabilidade das premissas. Nesses casos, o poder de persuasão do argumento fica comprometido pelo raciocínio defeituoso que emprega.

Não havendo problema com o raciocínio que estrutura o argumento, o segredo da persuasão fica

atrelado à existência de uma base comum: para que a lógica argumentativa tenha força é preciso que o interlocutor esteja de acordo com o ponto de partida do argumento, ou seja, com as premissas. Esse é, ao que parece, o nó górdio de muitos pseudodebates que não chegam a lugar nenhum e que, ao final, cada parte envolvida continua exatamente na mesma posição: faltam premissas comuns de onde se possam extrair conclusões com força persuasiva.

Digamos que alguém queira convencer uma pessoa em crise existencial de que há, sim, um *sentido para a vida* e formule para isto o seguinte argumento: “Sendo a vida uma obra de Deus e sendo Deus plenamente coerente em suas criações, segue-se que há um sentido para a vida”. A força de persuasão deste argumento está diretamente associada à disposição da pessoa em acatar (1) que Deus existe e é o criador de tudo e (2) que esse Deus é coerente ao ponto de não criar coisas sem sentido. Se a pessoa aceita essas premissas iniciais, terá de aceitar também a conclusão que se segue delas. Do contrário, se ela não acata como evidente tais premissas, também não aceitará o que se extrai delas, por mais que o raciocínio envolvido seja coerente.

É comum que, num processo de argumentação, alguns argumentos sejam propostos com a intenção de apoiar premissas usadas em outros argumentos. Isso joga o processo argumentativo em uma regressão infinita que não levará a lugar algum ou que, então, cessará em uma *constatação óbvia que dispensa justificção* – chamada de axioma. Na filosofia, um exemplo famoso de argumentação a partir de um axioma é oferecido por Descartes. Buscando um ponto seguro desde onde pudesse apoiar seu conhecimento, ele percebeu que poderia legitimamente suspeitar de praticamente todas as suas crenças e sensações, mas não poderia, coerentemente, suspeitar do fato de que estava a suspeitar. Essa foi a evidência fundamental a partir da qual ele pode concluir que existia, pois, todo suspeitar só é possível enquanto o suspeitar de alguém. Daí seu famoso argumento “Penso, logo existo”, no sentido de “Se estou a suspeitar de tudo, segue-se que existo ao menos na condição de portador de suspeitas”. Na sequência, muitas outras conclusões são extraídas desta evidência básica de que “ele suspeita/pensa”, incluindo a realidade do mundo externo e a existência de Deus. E como sua premissa inicial é bastante sólida, se quisermos refutar as conclusões de Descartes, temos de encontrar falhas no seu modo de raciocinar.

\*\*\*

Em muitos casos, a dificuldade de localizar premissas óbvias ou de aceitação comum, que possam conferir força persuasiva à conclusão proposta, favorece o uso de estratégias alheias à argumentação genuína. Tomemos, por exemplo, a situação banal de um pai que quer convencer o filho a não destruir os próprios brinquedos. Se a criança não reconhecer o valor de premissas sobre a importância da conservação, o custo de aquisição e o inconveniente de um brinquedo quebrado não cumprir mais sua função de brinquedo, então ele pode tentar apelar para motivos. No apelo a motivos, não se apresentam razões para a aceitação daquilo que se propõe. Em vez disso, mobiliza-se a pessoa a aceitar de outras formas: “se você cuidar dos brinquedos, papai vai ficar orgulhoso de você” ou “se você não quer ficar de castigo, melhor cuidar dos seus brinquedos”. O orgulho do pai e a fuga do castigo motivam a criança a cuidar dos brinquedos. Não é apropriado dizer, contudo, que a convenceram de que deve cuidar dos brinquedos. O apelo a motivos é um tipo de negociação muito mais explícito quando envolve um objeto de troca: “se você cuidar bem dos brinquedos, sem destruí-los, vai ganhar chocolates no final do ano” etc.

Apelo a motivos, infelizmente, é amplamente usado em muitos outros contextos para além do exemplificado aqui. Não raro, professores justificam a importância de estudar determinados conteúdos pela sua possível presença em uma prova futura. Passar em provas pode ser uma motivação, mas não uma razão para estudar. Como tal, pode funcionar, mas não convence.

\*\*\*

O convencimento, almejado na persuasão, supõe uma mudança de perspectiva do convencido. Jogando com as palavras, pode-se dizer que *convencer* é um *vencer-com-o-outro*. Diferente de um *vencer-o-outro*, que ocorre no apelo a motivos, por exemplo, quando o outro acata o que propomos (e nisso é vencido), sem, contudo, reconhecer a validade do que é proposto.

## QUESTÃO DE LÓGICA

O Zé ia passando em frente à livraria, quando viu o Ari saindo com um livro.

– Que livro é esse, Ari?

– É um livro sobre lógica, Zé.

– Lógica?! O que é isso?

– Vou dar um exemplo. Tens aquário em casa?

– Sim, tenho!

– Então, logicamente, há peixes nele.

– Sim, lindos peixinhos!

– Se tens um aquário com peixes, posso supor que tens um ou mais filhos, pois são as crianças que geralmente querem peixes em casa...

– Sim, acertou de novo! Tenho dois lindos filhos.

– Ora, se tens filhos, então já tiveste relações sexuais e, portanto, não és mais virgem. Entendeste a lógica, Zé?

– Oh, sim, perfeitamente!

Maravilhado com aquele raciocínio que, partindo de um aquário, acabou revelando sua experiência sexual, o Zé decidiu adquirir um exemplar do livro. No caminho para casa, enquanto folhava sua aquisição, encontrou com o Tõnhão, que perguntou:

– E aí, Zé, lendo o quê?!

– É um livro sobre lógica.

– E o que é isso, Zé?

– Bem... vou dar um exemplo. Você tem aquário em casa?

– Não, não tenho.

– Então, pela lógica... você é virgem, Tõnhão!

Esta anedota deixa entrever algumas das principais características da lógica. Primeiro, mostra que a lógica tem a ver com argumentação, ou seja, com uma cadeia de afirmações dispostas de modo a sustentar uma conclusão. Segundo, sinaliza para o fato de a lógica ser uma ferramenta que permite obter informações novas a partir daquelas já disponíveis.

Tomada formalmente, a argumentação do Ari na anedota é perfeita: se Zé tem aquário, então ele tem filhos; se tem filhos, já teve relações sexuais; se teve relações sexuais, já não é mais virgem. É fato que ele tem um aquário, logo ele não é virgem. A forma do argumento é válida, embora possamos protestar a verdade do conteúdo de algumas relações nele

sustentadas: não é fato, por exemplo, que a posse de um aquário implica a existência de filhos, nem que filhos implicam relação sexual, já que podem ser filhos adotivos ou fecundados *in vitro*. Mas não cabe à lógica avaliar o conteúdo das afirmações de um argumento, ela trata apenas do modo como são dispostas tais afirmações, ou seja, da coerência com que são empregadas em um discurso.

Numa argumentação coerente, a conclusão se coloca como necessária a partir das afirmações apresentadas. Não foi o caso no raciocínio que o Zé apresentou ao Tonhão, pois reconhecer que uma coisa se segue à outra, não significa que ela *apenas* possa ocorrer sob tal condição. Assim, mesmo se aceitássemos como válida a relação entre ter um aquário e ter filhos, a não posse de um aquário não permitiria concluir a ausência de filhos. Seria um raciocínio tão insensato quanto considerar que “o fato de a lâmpada acender indica que há energia, tanto quanto o fato de a lâmpada não acender indica que não há energia”. Se está queimada, a lâmpada não acende mesmo havendo energia.

Auxiliar a razão a identificar raciocínios válidos e inválidos é a principal finalidade da lógica. E, neste sentido, torna-se útil a todos os que querem pensar com eficácia, sem ter seus argumentos convertidos em piada.



## RASGOS PRÉ-FABRICADOS

Na década de 1960, o movimento da contracultura adotou o *jeans*, que até então era a vestimenta típica da classe operária, como símbolo de engajamento na luta contra o consumismo desenfreado, típico das sociedades capitalistas. As peças eram usadas até ficaram bem velhas e desbotadas, pelo que o *jeans* virou, também, expressão de libertação em relação aos padrões estéticos vigentes.

A indústria da moda logo percebeu a oportunidade de lucrar disponibilizando modelos de calças que já vinham desbotadas, simulando variações de coloração que só aconteceriam naturalmente depois de um longo período de uso. Enquanto isso, numa intensidade inversamente proporcional à popularização das calças desbotadas, o simbolismo originário que motivou sua adoção foi caindo no esquecimento.

Na cola do sucesso das calças desbotadas, a indústria da moda lançou também modelos de calças com rasgos pré-fabricados, levando ao extremo o conceito de roupa nova com aspecto de velha, inaugurado com a comercialização das calças desbotadas.

As calças novas esfarrapadas, caso tivessem surgido no seio ideológico da contracultura, representariam o estágio mais radical de questionamento dos padrões sociais. Como produto da moda, contudo, constituem apenas mais um dentre outros tantos estilos disponíveis, em diferentes faixas de preço, para qualquer que queira radicalizar seu visual.

\*\*\*

Se a moda tivesse alguma pretensão de sentido, o que não parece ser o caso, ou se os mercadores de calças esfarrapadas desejassem agregar alguma simbologia às peças oferecidas, então poderiam usar, junto às etiquetas com o mote publicitário do produto, notas explicativas sobre o modelo, que sugerissem a história por trás dos rasgos pré-fabricados.

Não deixaria de ser interessante.



**SENSAÇÃO!**

Mod. : Ataque  
de animal  
silvestre







QUEIMA DE  
ESTOQUE!

Mod. : Obediência  
religiosa

## SOBRE O QUE NOS TORNA MAUS

Uma notável capacidade de, deliberadamente, causar destruição e infligir sofrimento tem marcado negativamente a história da humanidade. Com maior ou menor consciência todos podemos produzir o mal, e, de fato, muitas vezes o produzimos. Explicar e compreender esse comportamento constitui, ainda hoje, um desafio. Por que existe o mal? Já nascemos maus ou nos tornamos maus? Ao longo dos anos, os filósofos ofereceram diferentes perspectivas para essas questões.

Na Antiguidade clássica, Sócrates sustentou a tese de que o mal praticado pelos homens é uma consequência de sua ignorância. Para ele, o esclarecimento conduz necessariamente à virtude. Nesse sentido, seria descabido dizer que o homem nasce mau, pois quando muito ele nasce ignorante, e, da ignorância, quando não educada, nasce a maldade.

Santo Agostinho, no período medieval, refutou a acusação de que Deus, enquanto criador do mundo, também seria o criador do mal – o que comprometeria a ideia de que Deus é absolutamente bom – e indicou a ação humana livre como autora do mal. Sendo criaturas de Deus, feitos à sua imagem, os homens são essencialmente bons, assegurou o Santo. O problema é que, no exercício da liberdade permitida por Deus, os homens podem se afastar de sua natureza divina, dando assim origem ao mal. Nesse sentido, o mal seria uma espécie de *efeito colateral* da liberdade.

No século 17, ao teorizar sobre a origem do estado civil, Thomas Hobbes caracterizou a natureza humana como egoísta e dominadora. Para ele, quando deixado livremente, guiando-se por seus próprios impulsos, o homem converte-se no lobo do próprio homem. Daí que, para Hobbes, não foi outro o propósito de criação do estado civil senão o de regar e limitar a natureza bélica dos homens, permitindo assim a vida conjunta.

Sucessor de Hobbes entre os filósofos que se ocuparam em explicar a origem do estado civil, Jean-Jaques Rousseau defendeu uma concepção totalmente diferente do ser humano. Para ele, o homem é originalmente bom, assim como era boa a vida antes de



a sociedade mudar e aceitar a propriedade privada, precursora imediata do estado civil. Seu entendimento é expresso na famosa máxima de que “o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe”. Não existe, para Rousseau, maldade alguma na natureza humana; todo mal é consequência da estrutura social doente, que retira os homens de sua igualdade e liberdade naturais.

Hoje, com o considerável avanço das ciências do comportamento e, sobretudo, da neurociência, temos indícios de que alguns indivíduos já nascem, sim, com uma *predisposição para o mal* ou, tecnicamente falando, com distúrbios da personalidade dissocial.

A sociedade pode exercer certo controle sobre tais predisposições, inibindo ou favorecendo-as. Sob essa perspectiva, Rousseau não estava completamente enganado: aparte o fato de os seres humanos não nascerem todos imaculadamente bons, ele estava certo sobre a influência social na conduta dos indivíduos. E, considerando que a influência social pode ser para o bem ou para o mal, Hobbes também estava parcialmente correto nesse sentido.

Se a maldade humana é, assim, fruto de uma combinação biológica e social, uma inclinação para o mal não necessariamente resultará em maldades. Muito dependerá do ambiente, do modo como são

conjugados nele a liberdade e o esclarecimento, pois, se como disse Agostinho, a liberdade é a fonte de todo mal, o conhecimento, observou Sócrates, é o caminho para a virtude. Inclinações existem, mas o decisivo é o que fazemos com elas. Pelo esclarecimento, podemos educar até mesmo nossas vontades (liberdade).

# QUANDO DIZER NÃO É FAZER

## (SOBRE COMO EDUCAR ALGUÉM PARA SER CRÍTICO)

O filósofo britânico J. L. Austin revolucionou o estudo da linguagem quando publicou, na segunda metade do século passado, a obra *How to do things with words* (Como fazer coisas com palavras), em que distingue enunciados que descrevem e comunicam coisas de enunciados que fazem coisas. Grosso modo, ele explica que, desde que se obedecem certas regras convencionais e que sejam pronunciadas em circunstâncias apropriadas, frases como “Eu vos declaro casados” e “Eu prometo lhe pagar até o final do mês” não são nem relatos nem comunicados, mas a exata efetivação de uma união matrimonial e de um compromisso. Nesses casos, dizer é fazer.

Austin usou o termo “constatativo” para se referir ao tipo de fala que relata fatos e que, como tal, pode ser verdadeiro ou falso. E chamou de “perfor-

mativo” o tipo de fala que realiza coisas e que, em vez de verdadeiro ou falso, pode ser apenas efetivo ou não efetivo.

\*\*\*

Já faz algum tempo, tornou-se moda incluir nos discursos associados à educação o compromisso com a formação de estudantes críticos, autônomos, responsáveis e criativos. Dessa lista de adjetivos, *crítico* ganha destaque não apenas porque está implícito nos demais, como também porque é imensamente popular. Uma consulta aos documentos oficiais das instituições de ensino, tanto de nível fundamental, quanto médio e superior, dificilmente deixará de verificar, entre os objetivos principais do processo educativo, o desenvolvimento do potencial crítico, senão nesses exatos termos, então em alguma de suas tantas possíveis variações (pensamento crítico, postura crítica, senso crítico, criticidade etc.). Porém, embora esteja dito (e registrado), infelizmente, no contexto escolar, *dizer* não é *fazer*.

E mesmo que se entenda que os documentos institucionais, tanto quanto a fala de professores e gestores, têm o caráter de um compromisso, trata-se de um compromisso que raramente se efetiva.

O cenário atual da educação dá testemunho do fracasso empírico dessa tentativa teórica (e retórica) de implantar uma formação voltada ao desenvolvimento crítico dos estudantes. Talvez porque não se tenha uma noção exata do que é exatamente isso, o pensamento crítico, a postura crítica, a criticidade. Ou porque, talvez, embora se saiba o que é, desconheça-se o modo de implantá-lo. De qualquer forma, independentemente de qual seja a causa (de fato podem ser muitas e variadas), parece que os esforços em fazer acontecer têm se limitado a uma tentativa *mágica* de transformar estudantes em pessoas críticas apenas pela força da sugestão.

*Dizer* “sejam críticos” não é suficiente para *fazer* estudantes críticos. Ser crítico é uma condição que tem de ser conquistada através de um longo processo de preparação. Esse processo terá de garantir um amplo conhecimento de fatos, que servirá de parâmetro para as análises que tenham de ser realizadas; além disso, terá de desenvolver um raciocínio eficiente, que além de lógico tenha sensibilidade para o contexto; por fim, terá de incentivar o desenvolvimento de um espírito inquieto, que não se torne passivo em relação ao mundo.

A maneira mais eficiente, senão a única, de os espaços educativos garantirem as condições necessárias para o desenvolvimento do potencial crítico dos envolvidos é se organizarem internamente de forma crítica, com valorização dos diferentes conhecimentos, com permanente problematização dos processos da vida e com intensas provocações para o rompimento da acomodação.

Ser crítico é uma condição que se adquire com a prática. E espaços educacionais devem ser propícios para que essa prática aconteça, não apenas no discurso.

## PRIMITIVOS MODERNOS

A violência presente no cotidiano das cidades atormenta e faz pensar o porquê de tanta agressividade, de tanta crueldade... De onde vem essa insistente dificuldade de viver em paz? Estas não são questões simples e, tampouco, são simples as respostas. Porém, é possível apontar alguns elementos clarificadores:

- 1) A violência não é uma invenção moderna. A ciência tem, inclusive, evidências de que ela esteve presente desde muito cedo na história da constituição da nossa espécie. E, sendo assim, é sensato considerá-la um traço primitivo do ser humano.
- 2) Numa visão mais ampla, sequer podemos considerar a violência um traço típico ou exclusivamente humano. Esta é, como fez notar Darwin há mais de um século, um elemento inerente à própria estrutura da vida. A sobrevivência de cada espécie e de cada indivíduo é

sob muitos aspectos uma luta. É uma luta no sentido forte do termo. Assim, mesmo sem os humanos, a violência permaneceria, enquanto ocorrência natural, afligindo as diferentes formas de vida do planeta.

- 3) Então, por que a violência que nos cerca ainda nos escandaliza? O que há de escandaloso na violência que persiste?
- 4) A violência adquire para nós, humanos, uma conotação especial, porque somos conscientes dela. Diferente do que ocorre em outros contextos naturais, nas sociedades humanas a violência é intencional. E por ser intencional, poderia ser evitada. Daí a violência ser para nós um desconforto, porque sentimos que ela não precisaria existir. O escândalo da persistência da violência está, portanto, exatamente no fato de ela ainda persistir.
- 5) Muitos fatores podem ser arrolados como parte de uma tentativa de explicar a insistente permanência da violência nas sociedades humanas ditas civilizadas. Destaco um: sua banalização. Emissoras de televisão e canais virtuais, na busca da audiência, divulgam à exaustão atos de violência em seus mínimos detalhes, pois



o que apavora também cativa e, no fundo, o que importa é a audiência. Em outras frentes, a violência torna-se mercadoria, sendo consumida como entretenimento em filmes e jogos. E não são poucos os filmes e jogos onde a violência é o elemento central. No extremo, até mesmo muitos dos desenhos animados destinados principalmente às crianças estão repletos de violência. Não bastasse isso tudo, o Brasil experimenta agora a popularização de esportes de luta altamente violentos, em que o objetivo deliberado é agredir o adversário – e enquanto os competidores trocam golpes, não raro a plateia brada “Uh! Vai morrer!”.

Isso deve nos dar uma pista sobre a dificuldade de promover uma cultura mais pacífica entre jovens briguentos, espancadores de mendigos, assassinos de índios. Há de se pensar a vida de modo amplo e integrado. Os eventos não acontecem isoladamente. Então, se não toleramos mesmo a violência, temos de parar de consumi-la e banalizá-la. Do contrário, seremos sempre estes estranhos primitivos modernos, sedentos de civilização, mas incapazes de instaurá-la.

## A ARTE DE BUSCAR CULPADOS

Tão logo começaram a ser divulgadas as informações referentes ao incêndio que, no dia 27 de janeiro de 2013, vitimou mais de 240 jovens em uma casa noturna da Santa Maria, também deflagrou-se uma intensa e justa busca por culpados. De alguma forma, a identificação de culpados faz parte do jeito humano de lidar com as inconveniências. Nesse caso, porém, como em muitos outros, essa não é uma tarefa simples.

Chamamos de *culpa* a responsabilidade por um evento negativo. *Mérito* é o nome que damos à responsabilidade por um evento positivo. Assim, a busca por culpados é bem entendida como a busca pelos responsáveis. Grosso modo, somos responsáveis por tudo o que decorre de nosso comportamento voluntário e consciente. Quer dizer: sempre que sabemos estar fazendo algo que poderíamos simplesmente

não fazer ou que poderíamos fazer de outro modo, somos autores legítimos disso que fazemos e também de suas consequências.

Como humanos, sempre orientamos nosso comportamento de forma mais ou menos consciente em vista de determinadas intenções – ou seja, fazemos algo em vista de algo. Nem sempre, contudo, aquilo que temos em vista acontece como consequência de nossos atos. E por essa razão é que, não raro, nossas ações acabam produzindo eventos que não eram almejados. Mas isso só pode valer como *des*-culpa quando não for possível ou ao menos sensato esperar que pudéssemos prever tais consequências indesejadas. Nesse sentido, no caso dos responsáveis pela tragédia de Santa Maria, mesmo que não tenham tido intenção de produzir tamanho infortúnio, parece forçoso reconhecer a negligência com que consideraram as possíveis consequências de seus atos. Aí reside a culpa dos culpados pela tragédia.

Foram negligentes os músicos que, ao acionarem um sinalizador para dar efeito pirotécnico à sua apresentação, originaram a chamas que incendiaram a boate. Talvez, entretanto, o sinalizador não tivesse desencadeado a tragédia se a espuma usada para o isolamento acústico do estabelecimento fosse anticha-

mas ou se, mesmo com a espuma inadequada, a casa não estivesse superlotada, como se especula. Por isso, sendo a decisão sobre os materiais usados na estrutura e sobre a observação da lotação máxima relativa aos seus proprietários, fica indicada também a negligência destes. E tem mais, já que se pode considerar que, possivelmente, nem a suposta superlotação, nem a espuma inadequada usada no isolamento acústico, nem o sinalizador acionado no palco teriam viabilizado a tragédia se o teto do estabelecimento não fosse tão baixo e se sua estrutura permitisse uma rápida evacuação dos frequentadores. Inclua-se na negligência, então, os engenheiros e arquitetos que assinaram o projeto de reforma do prédio. No limite, também os bombeiros, a prefeitura municipal e até o governo do estado podem ter sua parcela de culpa pelas falhas na fiscalização e na emissão de alvarás que permitiram o funcionamento do estabelecimento em tais condições.

Como se vê, a tragédia está vinculada a uma extensa gama de ações negligentes: não foi apenas o uso do sinalizador ou da espuma inapropriada, nem apenas a falta de estrutura adequada do estabelecimento, nem apenas o descaso com a fiscalização, foi tudo isso junto.

Se olharmos atentamente para o conjunto dessas ações negligentes, poderemos identificar algo peculiar: elas revelam diferentes graus de desrespeito às normas, tanto técnicas quanto legais. O sinalizador é indicado para ambientes abertos, mas foi usado em ambiente fechado; a espuma não deveria ser usada, mas foi mesmo assim; a casa possuía um indicador de lotação máxima, mas há suspeitas de que ele não era respeitado; os itens de segurança estavam aquém das exigências, mas a casa permanecia em funcionamento. A negligência que levou à tragédia mostra-se, assim, como uma negligência em relação às normas.

O pouco caso com as normas é um traço lamentável de nossa cultura. E nós ajudamos a manter essa cultura mais do que, talvez, gostaríamos de admitir. Sempre que andamos acima do limite de velocidade, que toleramos as compras sem emissão de nota fiscal, que tomamos remédio sem prescrição médica, que pirateamos músicas e filmes... Sempre que fazemos coisas desse tipo, estamos alimentamos essa cultura de transgressão, esse famigerado *jeitinho brasileiro*. Não deveríamos, então, nas devidas proporções, incluir-nos entre os responsáveis pela tragédia de Santa Maria?

Com esse questionamento, não se sugere qualquer redução da responsabilidade daqueles diretamente

envolvidos na tragédia. Cada qual continua, não obstante a cultura em que está inserido, a responder pelos seus atos. Em relação à cultura, vale a constatação de Sartre, de que cada um é sempre metade vítima e metade culpado. E, assim, na exata proporção em que os responsáveis diretos pela tragédia de Santa Maria são também vítimas da cultura de transgressão das normas, nós todos que, indiretamente ajudamos a manter essa cultura, somos, em parte, culpados.

# SE A VERDADE FOSSE MULHER

( II )

Brincando com a analogia da verdade-mulher, Nietzsche apresentou suas ressalvas acerca da filosofia dogmática. Ao afirmar verdades absolutas, os dogmáticos demonstram pouco saber sobre a verdade. Não percebem as suas características femininas, no que diz respeito à possibilidade do disfarce e da transformação. O mundo não é plenamente acessível, sendo que dele podemos ter apenas versões, que se modificam, se transformam (tal qual o humor e as vontades das mulheres).

Para entender e poder levar adiante a crítica de Nietzsche ao dogmatismo, cabe uma reflexão sobre o conceito de verdade. Mesmo podendo ser usado em contextos múltiplos, o termo verdade preserva sempre o sentido da concordância entre uma realidade ou

coisa e sua respectiva descrição ou definição. Assim, a afirmação “está chovendo” é verdadeira quando concorda com as condições climáticas do momento; e é falsa quando não concorda. No mesmo sentido, fala-se de ouro verdadeiro e de ouro falso: o metal que corresponde exatamente à definição de ouro é denominado verdadeiro; já o metal que, embora pareça, não está de acordo com a definição de ouro é denominado falso.

Sabemos, portanto, o que é a verdade: é a concordância entre o conhecimento e a realidade correspondente. O difícil é saber quando ela acontece, dada a complexidade disso que se chama de realidade. Tanto quanto o conhecimento, o real também é uma construção humana; é sempre uma versão e nunca a realidade *crua*. Daí que, dentro de uma estrutura linguística partilhada, até podemos estar seguros acerca de constatações simples como “Esta porta está aberta agora”, mas sobre assuntos mais amplos, sobre as teorias fundamentais da ciência e sobre valores da conduta humana já não podemos bradar verdades plenas e definitivas, pois não temos um acesso alternativo e seguro para a realidade a que se referem. Talvez, a percepção capte as coisas de uma perspectiva restrita e, portanto, não exata; talvez,



existam coisas para as quais os sentidos e a inteligência são cegos. O testemunho da suíça Elizabeth Sulser, aponta justamente para essa direção. Caso raro de sinestesia, ela vê cores nas manifestações sonoras e também sente gostos correspondentes às notas musicais. O ruído de uma campainha aparece para ela em formas de ondas luminosas; uma (nota musical) sexta maior tem gosto de creme, por exemplo. Seu cérebro processa de forma diferente as impressões recebidas pelos sentidos e cria pra ela uma realidade com características distintas.

A impossibilidade de verificar o conhecimento para além da perspectiva criada pelos sentidos ou pela inteligência inviabiliza a sustentação de verdades absolutas. Pode até ocorrer que, de fato, muito do que se percebe seja de algum modo preciso, mas é sensato manter sempre uma porção saudável de dúvida que nos afaste da tão tentadora dogmatização do conhecimento. No mais, a história da humanidade registra incontáveis exemplos de reparação, seja na filosofia, nas ciências ou mesmo nas religiões, que, por si só, já bastariam para desencorajar a absolutização de verdades.

Por fim, se não convém afirmar verdades absolutas, tampouco convém o discurso relativista que

supõe ser a verdade um evento meramente subjetivo. Enquanto extremo do dogmatismo, esse tipo de relativismo nega a comunhão da perspectiva humana e enfraquece a força da argumentação racional. Uma coisa é a constatação de que a verdade é relativa ao ser humano, à perspectiva humana, outra bem diferente é sustentar que cada indivíduo possui uma perspectiva única que lhe certifica verdades particulares.

## OCUPADOS DEMAIS PARA PENSAR

Tenho assistido e reassistido a alguns filmes produzidos no século passado e reparei algo curioso: eram filmes, no geral, mais lentos. E como tendem a nos parecer tediosas aquelas longas cenas em que muito pouca coisa acontece. Hoje, em geral (não sempre, é importante frisar), os filmes são contados de modo mais agitado, com muita ação, muitos acontecimentos, com muitas histórias num mesmo filme. Pode ser uma fase da produção cinematográfica, mas, talvez (desconfio), haja algo mais. Algo como um espírito de época, que toma tudo mais acelerado, mais movimentado.

O frenesi dos filmes reflete, por um lado, o frenesi da vida cotidiana. Parece que as pessoas estão sempre com pressa. E talvez estejam mesmo, pois cada vez mais somos convidados a fazer mais coisas e desempenhar mais funções. Parece também que

as novas tecnologias nos ocupam cada vez mais, apesar de surgirem vendendo a ilusão de uma vida simplificada e com mais tempo livre. Agora, com a internet, as obrigações nos acompanham em todos os lugares e o trabalho já não é mais restrito ao espaço do trabalho. Não bastasse isso, o mundo tecnológico nos abre centenas de possibilidades que não param de se atualizar. Novas bugigangas, novos programas e novas funções. A cada inovação, muitas possibilidades a serem exploradas... e tudo misturado a um igualmente incessante e frenético fluxo de informações que anunciam livros que deveríamos ler, músicas e bandas que deveríamos ouvir, filmes notórios que deveríamos assistir, jogos admiráveis que deveríamos desfrutar etc. E como são de fato muitas e contínuas as novidades, estamos sempre correndo atrás.

Por outro lado, além de refletirem o frenesi da vida cotidiana, a maior agitação dos filmes atuais atende à expectativa do público. A indústria do cinema aumenta a agitação dos filmes, também porque já não suportamos filmes lentos. Fomos absorvidos pelo frenesi do mundo.

Nesse contexto, um filme, que se desenrola mais demoradamente, exerce uma quase violência sobre nós. Faz com que nos demoremos mais, pois nos

oferece pausas. Porém, estamos tão agitados que já não sabemos mais como lidar com as pausas. Não as tomamos como tempo pessoal, como tempo para acomodar as ideias, como tempo para pensar. O próprio pensamento se descaracteriza, restando na maioria das vezes apenas lapsos de pensamento. O pensamento consciente, o pensamento profundo, este já não encontra espaço. Estamos todos “muito ocupados pra pensar” (Raul Seixas).

A necessidade de parar para pensar é muito bem indicada no tipo de conselho que costumamos dar para pessoas que estão na iminência de tomar uma decisão precipitada ou que precisam tomar uma decisão e não conseguem. O que dizemos, comumente e sabiamente (como pretendo fazer notar) nesses casos é “pare e pense” ou, numa versão um pouco mais elaborada, “dê um tempo e reflita com calma”. Pode não ser explícita a compreensão do teor desses conselhos, mas, sem dúvida, contém uma intuição precisa das condições necessárias ao pensar.

Claro que ainda é possível pensar nos dias de hoje. A correria do cotidiano não é uma imposição e, tampouco, um destino fatal que tenha de ser seguido. Sempre haverá espaço para o pensamento, desde que deixemos espaço para ele e que estejamos dispostos

a promovê-lo, pois, por certo, podemos dispor do tempo, da pausa, sem que isso nos incite a pensar.

\*\*\*

*O cavalo de Turim*, filme do húngaro Béla Tarr, lançado em 2011, é uma grande e (numa perspectiva bem pessoal) bela exceção à produção de filmes agitados. O filme inicia com a menção de um fato biográfico de Nietzsche, que em 1889 tenta proteger um cavalo que estava sendo espancado pelo seu proprietário por se recusar a andar. Depois do ocorrido, o filósofo adoece e não mais recupera sua razão, ficando sob os cuidados da mãe e da irmã até sua morte em 1900. O filme se propõe a contar a história que se seguiu ao episódio, em relação ao cavalo e ao camponês, seu proprietário. Refugiados em uma propriedade rural por conta de um vento intenso que não para nunca, o camponês e sua filha mantêm uma rotina pacata, que o filme acompanha em toda sua lentidão e repetição. Uma boa exemplificação para aquilo que Nietzsche propôs como a desesperada visão do “eterno retorno” de uma vida miserável que se repete sempre igual. Apenas a fúria do vento contrasta com a morbidade da história que se arrasta sem agitação, sem grandes diálogos, sem cores. O filme joga o espectador na angústia da existência dos personagens, pois força a

acompanhar o tempo das suas vidas em que quase nada acontece.

Não convém assistir *O cavalo de Turim* buscando distração ou diversão, ele não pode produzi-las. O filme é uma experiência estética de desconforto, precisamente porque nos arranca da agitação cotidiana e nos faz demorar junto ao aparentemente banal. Não importam as intenções do autor, é um filme que *pode* nos fazer pensar (desde que nos disponhamos a parar por 150 minutos para o experienciar).

## ELOGIO AO CORPO

A história do ocidente traz a marca de uma profunda separação entre corpo e alma. Ainda muito cedo, na Grécia Clássica, difundiu-se a ideia da alma nobre e do corpo corruptível. As características mais marcantes do ser humano, justamente aquelas que permitem uma distinção em relação aos outros animais, eram atribuídas à alma: racionalidade e virtude. O corpo, por sua vez, representava o lado animal do ser humano, constituído de impulsos e de paixões que prendiam a alma ao mundo das coisas corpóreas. Por tudo isso, foi mesmo sugerido que a união da alma ao corpo tinha o caráter de uma violência, quer dizer, a alma estaria no corpo como em um cárcere: presa aos limites sensíveis de uma natureza limitada. Disciplinar os *caprichos* do corpo em favor das faculdades da alma era o caminho possível rumo à realização de uma existência plena.



O cristianismo, em certo sentido, pegou carona nesta concepção dualista de corpo e alma, incrementando-a com a noção de pecado carnal. A alma continua desfrutando do *status* nobre e superior, mas, ligada a um corpo pecaminoso, ela se mostra como corruptível e precisa, então, ser salva, ou seja, ser libertada das vontades, das inclinações mundanas, das paixões animalescas, enfim, das corrupções para as quais o corpo está inclinado. O corpo, para a tradição cristã, constitui uma autêntica provação à integridade da alma. E, por ser assim tão pecaminoso, passou a ser alvo de represálias: penitências, jejuns, flagelos.

Sucessivas revoluções no modo de pensar da civilização ocidental, desde o renascimento até os tempos atuais, dissolveram consideravelmente o dualismo corpo e alma. Há tempos temos sinais de uma progressiva dignificação do corpo em relação à passada supremacia da alma. A filosofia e também a ciência favorecem, agora, o pensamento de que cada um de nós é seu próprio corpo, sendo mesmo indevido dizer que *temos* ou *habitamos* um corpo. Alma e corpo se confundem, são um todo integrado.

E já que somos nosso corpo, ao cuidá-lo, ornamentá-lo e mesmo alterá-lo por meio de exercícios físicos constantes ou até de cirurgias, é a nós mesmos

que transformamos. De fato, é fácil notar o quanto mudanças relacionadas ao corpo podem alterar consideravelmente o modo de ser das pessoas. E mesmo que os cuidados com o corpo confundam-se com um culto à beleza física, ainda assim temos de admitir que não há nada de errado em cultuar a beleza. A beleza encanta, faz suspirar.

Contudo, como somos nosso corpo, mas não apenas um corpo, é preciso reconhecer que um corpo bonito pode ser ainda mais bonito se produzir sorrisos sinceros, gestos humildes e atitudes justas. O culto ao corpo não pode, por isso, invertendo a gangorra do velho dualismo, deixar de lado o desenvolvimento daquilo que se convencionou chamar de *virtudes da alma*, pois, se buscamos a beleza, vale notar que é no equilíbrio que ela se mostra de forma mais contundente.

# O DELÍRIO DE BRÁS CUBAS

## (A FELICIDADE É UMA QUIMERA)

*Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, é, por vários aspectos, uma obra magistral, a começar pela perspectiva de uma narração conduzida por um finado, que dentre outras coisas viabilizou uma das mais inusitadas dedicatórias já manifestadas na literatura: “Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas memórias póstumas”. Para narrar suas memórias, Brás Cubas, o defunto autor, inverte a ordem vulgar dos fatos e inicia pelo episódio de sua morte, antecedido por um delírio que é precisamente o que me interessa explorar.

Em seu delírio, Brás Cubas é conduzido por um hipopótamo até um ponto qualquer no espaço tempo, desde onde pôde acompanhar em retrospectiva a história da espécie humana em toda sua miséria e calamidade. Viu ele que quando a dor dava uma três-

gua surgia a indiferença, que era como um sono sem sonhos, ou o prazer, quer era como uma dor bastarda, e “então o homem, flagelado e rebelde, corria diante da fatalidade das coisas, atrás de uma figura nebulosa e esquiva, feita de retalhos, um retalho de impalpável, outro de improvável, outro de invisível, cosidos todos a ponto precário, com a agulha da imaginação; e essa figura, – nada menos que a quimera da felicidade, – ou lhe fugia perpetuamente, ou deixava-se apanhar pela fralda, e o homem a cingia ao peito, e então ela ria, como um escárnio, e sumia-se, como uma ilusão.”

Desconfio que há algo de bastante lúcido no delírio de Brás Cubas, sobretudo no que aponta acerca da noção de felicidade e de sua possibilidade de obtenção.

Sendo a mais comum e elevada reivindicação humana, poderíamos supor que está claro para todos o que é a felicidade, mas, definitivamente, não é este o caso. O que uma pessoa quer dizer quando proclama que está feliz? Que está satisfeita? Que se sente realizada? As duas coisas, talvez? Mas qual é, afinal, o sentido de satisfação e de realização? Não conviria antes de tudo distinguir os diferentes tipos de satisfação, bem como os diferentes tipos de realização? Vejamos. Um copo de água pode deixar um

sedento satisfeito, tanto quanto vencer uma partida de truco pode ser realizador, mas estas não são coisas que facilmente associamos à felicidade. Talvez, alguém poderá sugerir, a felicidade seja a soma desses pequenos momentos de satisfação e de realização, momentos geradores de prazer e de alegria, e assim concordaríamos com o relato de Brás Cubas, de que se trata de uma *figura imaginária feita desses retalhos*. E, no fim, apenas essa soma imaginária de retalhos daria a medida da felicidade ou da infelicidade. Nesse caso, porém, a própria fórmula da soma se tornaria um problema, visto existirem tantos por aí incrivelmente felizes, apesar da vida sofrida que levam, e outros incredivelmente infelizes, mesmo podendo gozar dos confortos de uma existência privilegiada.

Essa dificuldade de definir a felicidade e mesmo de indicar as condições para seu florescimento fica ainda mais evidente na variedade da opinião que as pessoas possuem a respeito: felicidade é ter dinheiro, ter saúde, ter amigos; felicidade é amar e ser amado, é estar próximo da família; felicidade é poder viajar, ouvir boa música, desfrutar de boa companhia; felicidade é desfrutar dos prazeres do sexo, da gastronomia; felicidade é realização pessoal, mas também reconhecimento social; felicidade é ser

livre etc. A opinião qualificada, digamos assim, de filósofos como Epicuro e Aristóteles concorda com essa opinião geral em alguns pontos. Eles aceitam a importância dos bens materiais para garantir a independência necessária para a condução da vida, embora esteja claro para ambos que os bens materiais por si só não garantem a felicidade. Aristóteles também, mas Epicuro, principalmente, ressalta a importância dos amigos para se viver bem e feliz. Além disso, de maneiras diferentes, ambos concordam com uma terceira condição, necessária à vida feliz, qual seja, a reflexão. Por um lado, a reflexão ajudaria a dosar os prazeres e evitar os vícios, por outro, orientaria para uma conduta virtuosa, capaz de garantir a serenidade necessária à boa vida social.

Contudo, mesmo filósofos como Epicuro e Aristóteles, que arriscaram indicar *requisitos para uma vida feliz*, parecem estar conscientes da dificuldade de atingir um estágio permanente de felicidade. Eles não concebem a felicidade como uma coisa, como algo que possa ser plenamente construído ou definitivamente conquistado, apresentando-a mais propriamente como uma maneira de encarar e conduzir a vida. E, nesse sentido, a ideia de uma vida feliz não exclui os momentos de penúria e de sofrimento.

\*\*\*

Importa considerar, ainda, que também vale para a felicidade aquilo que se observa em relação ao amor, sentimento que, de tão idealizado, tornou-se praticamente incompatível com a condição humana. Projetar um ideal de felicidade, como realização plena e permanente, não é apenas irreal, enquanto possibilidade humana concreta, como é também prejudicial enquanto horizonte potencial de frustração.

Por fim, que a felicidade seja o bem maior almejado por todos, disso não há dúvida; mas fazer disso uma obsessão, pode ser um entrave extra para sua concretização. Longe de negar o direito de ser feliz de cada um, o que se está a sugerir é que a fixação pela busca da felicidade pode ser um problema, considerando a profunda indeterminação que a acompanha. Nesse caso, vale o alerta de Brás Cubas: “Deus te livre, leitor, de uma ideia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho.”

## DA SUPOSIÇÃO DE VERDADES ABSOLUTAS E DA VIOLÊNCIA

Não há muitos estudos sobre como a certeza da verdade age no psicológico das pessoas. Mas os fatos brutos que podem ser observados no dia-a-dia parecem indicativos claros de que a certeza da posse da verdade parece elevar seus portadores a um nível superior, desde onde se sentem autorizados a reprimir e a oprimir. É como se a verdade tivesse uma força autorizativa. No trânsito, por exemplo, quando alguém insulta e ameaça outros, o faz na autoridade de quem está presumivelmente certo. O *estar certo* é, nesses casos, a verdade da circunstância.

Que a verdade possa autorizar, isso se deve ao fato de ela ser tomada como evidência não questionável. Esta pretensa inquestionabilidade é assumida por aqueles que se apossam de tal verdade. E com isso também se institui uma divisão de nível que parece colocar os possuidores da verdade numa condição



superior, pelo que o sentimento de autoridade reivindica seu poder sobre os demais. A força e todas as formas de violência decorrentes de seu uso podem surgir, então, como desdobramento dessa pretensa autoridade.

Tudo isso se torna mais inteligível ao considerarmos a situação recorrente dos embates religiosos ao redor do mundo. Não é um simples ódio pelo diferente que alimenta continuamente os conflitos. O que movimenta o conflito é o desejo de impor a autoridade adquirida pela verdade que cada grupo julga possuir. Nesse contexto, toda violência, morte e destruição resultantes são lidas como violência legítima, uma vez que são praticadas em nome da verdade. Os livros de história estão cheios de exemplos de como isso tem se tornado fato ao longo dos tempos. E não apenas em relação a verdades religiosas, também em relação a verdades ideológicas, políticas e, recentemente, científicas.

Se essa leitura dos fatos é adequada, não obstante sua gritante generalização, então convém considerar a concepção de verdade que está em questão. Nesses casos, em que a verdade surge como força autorizativa, ela é tomada como verdade dogmática. Isso quer dizer: uma verdade que é absoluta e que

não convém questionar; uma verdade que não pode deixar de ser verdade e que deve valer para todos; enfim, uma verdade irreduzível. Uma posição desse tipo converte automaticamente todas as posições contrárias em inverdades que, como tais, devem ser abandonadas e superadas.

Ao se conceber a verdade nesses termos, afasta-se qualquer possibilidade de florescimento do diálogo, posto que este necessita pressupor a verdade como algo a ser continuamente conquistado pelo intercâmbio das diferentes posições. Se as verdades já estiverem postas de antemão, nada mais resta a buscar pelo diálogo. Restam o embate, a imposição e a violência.

## TEMPO DE INTERNET

Nossa época tem a marca da intensa intervenção da tecnologia nos processos da vida. E, nesse contexto, o advento da internet ganha destaque especial, já que não apenas convivência e entretenimento, mas também atividades profissionais complexas estão se tornando, graças a ela, cada vez mais virtuais.

Algumas vantagens e desvantagens do uso da internet são facilmente perceptíveis. Outras só se revelam através de uma análise mais aguçada, como é o caso da compreensão de que a interação com ambientes virtuais altera a nossa percepção do tempo. O tempo experimentado na internet é um tempo acelerado. Não que a internet intensifique a passagem do tempo, isso seria difícil de sustentar. O que acontece é que o frenesi dos espaços virtuais dá a impressão de que tudo está acontecendo mais rápido.

Para entender isso melhor, é importante notar que, não por acaso, as discussões acerca da percepção do tempo sempre estiveram associadas ao movimento.

O movimento é espacial, e o espaço e o tempo estão relacionados. Aqui temos a primeira grande implicação da internet na percepção do tempo: ela altera a noção de espaço. Decididamente, o meio virtual não é um espaço no sentido convencional. A existência experimenta o espaço através da ordenação dos lugares, mas no meio virtual os lugares não demarcam espaço. É possível manter conexão simultânea com várias pessoas de vários lugares do mundo. É possível, numa exploração virtual, passar de um continente para o outro com a mesma velocidade com que se muda a direção do olhar ao mover a cabeça. Daí que, enquanto possibilidade de onipresença em todos os cantos do mundo, a internet pulveriza o espaço e torna tudo imediato. A internet é o campo do instantâneo. O mundo inteiro ao alcance de um *clic* não é mais apenas um lema.

Mas não somente isso. A internet também potencializou o fluxo incessante de informações e atualizações que, com a mesma rapidez, cria e abandona novidades. E, assim, a liquidez das novidades age de modo a tornar o presente mais breve, mais fugaz. Um fato qualquer, uma descoberta, um evento vira passado tão logo sejam divulgados novos fatos, descobertas ou eventos. E mesmo que se diga que

a internet conserva as informações, vale notar que as conserva como algo que já passou. Remetendo sempre ao novo, ao mais atual, a internet aumenta o movimento e, nisso, acelera.

Se por um lado, a fluidez das informações e a pulverização dos espaços podem ser celebradas como uma vantagem, por outro, abrigam uma ameaça em potencial: a inibição do pensamento. Enquanto reflexão, ponderação, o pensamento exige permanência. Exatamente este elemento da permanência que o frenesi do mundo virtual, com sua instantaneidade e fluidez, acaba por inviabilizar. Não podendo se ater a um ponto, a razão não consegue com ele se ocupar, convertendo-o em objeto de reflexão. E é assim que o pensamento reflexivo, tão útil para a condução consciente da vida, pode se tornar a grande vítima dos efeitos colaterais da internet.

\*\*\*

Os efeitos deste processo já se tornam visíveis em hábitos cada vez mais comuns de consumir textos, notícias, vídeos e músicas de forma superficial e fragmentada. Surge aos poucos uma geração de leitores de manchetes e de apreciadores de fragmentos, que embora não se detenham na totalidade dos conteúdos que consomem, por mais breve que seja, não abrem

mão de manifestar seu ponto de vista, igualmente breve, mas mesmo assim perigosamente parcial.

Longe de se constituir como o espaço idealizado para o florescimento do conhecimento universal, motor de uma civilização progressivamente mais esclarecida, democrática e harmônica, a internet tem se mostrado, por tudo isso, um solo fértil para a promoção do fanatismo, da intolerância e da imbecilidade desmedida, em que o comportamento de rebanho ganha força na mesma proporção em que o pensamento perde profundidade. O espancamento até a morte de uma mulher por populares, em maio de 2014, no Estado de São Paulo, após boato infundado postado em uma rede social, é apenas um indicador isolado da calamidade que pode resultar desse processo.

Não convém, contudo, condenar a internet como se ela fosse a origem do problema que, na verdade, ela apenas ajuda a manifestar. A percepção acelerada do tempo e a consequente inibição do demorar-se junto às coisas, exigido pelo pensamento, apenas têm lugar em função do tipo e da intensidade de uso que se faz da internet. A predisposição para o pensamento, para a reflexão ponderada não é algo que possa surgir pelo uso da internet, devendo ser cultivado como elemento prévio a moderar sua utilização.

## SOBRE O BOM SENSO

“O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo, pois cada um pensa estar tão bem provido dele, que mesmo aqueles mais difíceis de se satisfazerem com qualquer coisa não costumam desejar mais bom senso do que tem.” Esta afirmação abre o livro *Discurso do método*, do filósofo francês René Descartes, publicado originalmente em 1637. E, não, ele não estava sendo (totalmente) irônico.

Descartes tinha mesmo como certa a ideia de que o bom senso, enquanto capacidade para fazer bons julgamentos e distinguir o verdadeiro do falso, estaria igualmente presente em todas as pessoas. O bom senso é tomado por ele como sinônimo de aptidão racional. E esta aptidão já está naturalmente presente nos seres humanos, sendo esta sua condição de destaque em relação ao restante da natureza.

O fato de por toda parte haver opiniões e julgamentos divergentes sobre a realidade, como Descartes

podia facilmente constatar em sua época e como nós podemos fazê-lo ainda hoje, não deveria ser interpretado, segundo o filósofo, como resultado de uma desigual capacidade de análise e julgamento. As divergências são, antes, fruto do mau uso que se faz dessa capacidade. Então, se ainda existem dificuldades para se encontrar verdades claras e distintas aos olhos de todos, é porque ainda não se usa adequadamente a razão. O livro *Discurso do método* tem como meta contribuir para a solução deste problema. Seu subtítulo anuncia esta pretensão: “para bem conduzir a razão e procurar a verdade nas ciências”.

O método proposto por Descartes para o bom uso da razão pode ser assim resumido em seus quatro passos essenciais: 1) Duvidar de tudo, só aceitando aquilo que for realmente evidente; 2) Dividir os problemas em partes para melhor analisá-los; 3) Começar pelo mais simples para alcançar o mais complexo; 4) Sempre revisar com cuidado as conclusões obtidas.

As proposições de Descartes tiveram grande influência na filosofia e na ciência, mas muito pouco penetraram no senso comum, onde, com certeza, seriam de grande valia. Quantos juízos precipitados deixariam de acontecer, quantas fofocas deixariam de circular, se concedêssemos o benefício da dúvida a



tudo aquilo que nos é proposto e que ouvimos dizer? Quanto mais eficientes seríamos, se conduzíssemos em parcelas a solução dos nossos problemas? Quanto mais simples não nos pareceriam os processos, se observássemos a passagem do simples para o complexo? E, por fim, quantos vacilos, quantas intrigas e confusões poderiam ser evitadas, se adotássemos o hábito de sempre revisar nossas escolhas, juízos e conclusões?

A eficiência das ferramentas está relacionada ao modo correto de usá-las. Assim também é com o bom senso, essa aptidão que temos, mas que, como denunciou Descartes, nem sempre empregamos de acordo.

## O QUE SIGNIFICA SER CRÍTICO?

É tão comum quanto errônea a associação que se faz entre *ser crítico* e *ter opinião*. Ter opinião está, por definição, tão distante do ser crítico quanto o ter sorte está distante do ter mérito. A crítica, bem entendida, implica uma análise embasada, um julgamento criterioso. Já a opinião na maior parte das vezes é gratuita. O uso do verbo *achar* para expressar opiniões dá testemunho dessa ambiguidade: achamos coisas que estamos procurando, mas também achamos coisas ao acaso. Não é necessário mérito para achar coisas nem para ter meras opiniões.

Nessa tentativa estranha de aproximar o ser crítico do ter opinião, nada acrescenta qualificar a opinião como *própria*. Uma opinião própria pode ser tão irrefletida e gratuita quanto qualquer outra opinião alheia que pudesse ser adotada. O problema não está na exclusividade da opinião, mas no modo

como ela foi produzida ou adotada. Uma opinião, para ser crítica, precisa resultar de um processo rigoroso de análise e reflexão, baseado em informações confiáveis e pautado em critérios válidos. O próprio, no ser crítico, tem de ser a capacidade de análise, não necessariamente a conclusão resultante dela.

A ideia de que ser crítico é ter opinião própria contribui também para outros equívocos, como a qualificação do ser crítico como ser isento de influências. Primeiro, é importante notar que a imunidade completa em relação à opinião alheia é impossível e, depois, que as opiniões alheias não são um obstáculo para a postura crítica. Porque crítico não é aquele que se isola em sua perspectiva, mas aquele que consegue analisar as opiniões disponíveis, separando o que há de pertinente nelas.

Outra imagem deturpada em relação ao que é ser crítico, está ligada à atitude que lhe corresponde. Diz-se comumente que o crítico é um destruidor, quer dizer, alguém que aponta as fraquezas, que desconstrói as certezas – um pouco próximo da figura popularmente conhecida como *cri-cri*. Entender o crítico como um soldado da destruição é, no mínimo, compreendê-lo pela metade. A crítica autêntica identifica o que está mal, mas também reforça o que vai bem. A essência da crítica está na capacidade de

discernir, de forma qualificada, o que procede e o que não procede. O crítico é um avaliador e, como bom avaliador, tem de considerar a realidade em todas as suas possibilidades. A menos que algo seja inteiramente ruim ou inteiramente bom, o crítico não será unilateral.

Alguns indicadores adicionais sobre o sentido de ser crítico podem ser obtidos por meio da análise etimológica. O adjetivo *crítico* provém do grego *kritikós*, sendo indicador de alguém capaz de fazer julgamentos. Está ligado ao verbo *krínein*, que significa julgar, analisar, discernir. Daí a ideia inicial de ser crítico como estar apto a fazer análises e se posicionar a respeito de temas e assuntos. Por esta consideração etimológica inicial, já fica sugerido que ser crítico não é uma condição inata, sendo necessário desenvolvê-la pela aquisição de conhecimento, pelo treinamento do pensamento e pelo desenvolvimento de um espírito inquiridor.

É sempre esclarecedor pensar a crítica e o ser crítico em oposição ao dogma e ao ser dogmático. Por dogma (também de origem grega: *dóγμα* significa “o que aparenta”, “suposição”), entende-se algo que é tomado como certo sem necessidade de qualquer análise ou justificação. Nesse sentido, ser dogmático significa afastar o julgamento, não pôr em análise

aquilo que é proposto. Por aceitar tudo prontamente e não questionar o que já está estabelecido, o dogmático é o extremo oposto do crítico, entendido como aquele que analisa o mérito daquilo que lhe é apresentado.

Em filosofia, fala-se de *postura crítica* ou de *espírito crítico* para se referir à atitude não passiva em relação ao conhecimento e aos fatos. Em outras palavras, a postura crítica está associada à não aceitação de qualquer informação sem uma prévia averiguação de sua procedência e consistência. Para os filósofos autênticos, ou seja, para os que são críticos, “a dúvida é o preço da pureza” (Jean-Paul Sartre).

Quando se fala de *pensamento crítico*, assinala-se uma característica do pensamento que não é meramente comum. O pensamento pode, como tudo o que é humano, acomodar-se em fórmulas cotidianas e, assim, deixar de ser mecanismo de aprimoramento do saber e da vida. Qualificar o pensamento, chamando-o de crítico, significa propô-lo como desacomodado e averiguador, distinto do tipo comum e acomodado de pensamento. Apenas o pensamento crítico é impulsionador do aperfeiçoamento, porque promove a análise que impulsiona a reforma. Explicam-se, assim, os motivos de se festejar o pensamento crítico e de se almejar a formação de pessoas críticas: a crítica é uma ferramenta potente de evolução social.

Para que o pensamento crítico possa ocorrer é necessário o desenvolvimento da atitude inquiridora, que coloca em questão os preceitos do conhecimento e da própria existência, desacreditando tudo aquilo que não resiste ao questionamento. Também é necessário um amplo conhecimento de fatos e processos, considerados em relação ao contexto histórico em que surgem e são transmitidos. Além disso, necessita de um exercício reflexivo e imaginativo em relação às alternativas possíveis de compreensão dos fatos e das situações.

Uma vez compreendido o sentido de crítica e de ser crítico, torna-se claro, por fim, o uso de expressões como *olhar crítico* e *situação crítica*. O olhar é chamado de crítico quando consegue, percebendo as nuances do que aparece, analisar com profundidade os elementos intrínsecos ao que se mostra. Já uma situação crítica é aquela que demanda um pensamento crítico, ou seja, que por sua complexidade, exige que se pense com cuidado acerca dela; que se avalie com critérios confiáveis antes de se assumir uma posição. O paradoxo do modelo educacional que almeja formar pessoas críticas sem inseri-las em um contexto de crítica é um bom exemplo de situação crítica.

# DAS COISAS ENTRE O CÉU E A TERRA

(EM DEFESA DO DEBATE RELIGIOSO)

Uma característica que está presente na maioria das religiões, e que é tão inadequada quanto antiga, precisa ser definitivamente revista, a saber, a ausência de autocrítica. Por certo que esta ausência está associada à pretensão religiosa de oferecer respostas definitivas sobre a vida e sobre o mundo, mas isso já não pode ser levado a sério, para o bem das próprias religiões.

De alguma forma, ao longo do tempo, a ideia do sagrado, inerente às religiões, converteu-se num campo de força que prontamente afasta qualquer tentativa de questionamento. “Assuntos de fé não se discutem”, costuma-se dizer. Mas, afinal, por que não se discutem? Por que deveriam as religiões permanecer imunes aos questionamentos?

Talvez haja um receio silencioso (ou nem tanto) de que a discussão religiosa enfraqueça a fé e faça definhar a religião enquanto instituição. Isso pode acontecer, de fato, mas apenas se for uma fé irrefletida e uma religião mal estabelecida. E, nesses casos, não parece mesmo inoportuno que ninguém ou desapareçam. Por que teríamos de manter, a qualquer custo, essa estranha associação entre religião e ignorância?

Ao negar o espaço e a oportunidade da discussão religiosa, tiramos das religiões a ocasião dialética do aprimoramento. Se não somos mais povos primitivos, por que nossa percepção religiosa deve ser? Pensemos na noção que a maioria das pessoas (teístas) tem de Deus, por exemplo, como a personificação máxima de qualidade e potencialidades humanas, que incluem o criar, o planejar, o cuidar, o amar, o vigiar, o punir etc. Uma noção simplista, tão simplista que sequer considera o conhecimento alcançado pelos grandes pensadores da religião. E é por conta dessa noção simplista que, muitas vezes, nutrem-se preconceitos e intolerâncias.

Tão relevante quanto a noção de Deus, mantida pela maioria das pessoas e assumida pelas diferentes religiões, é a percepção de que aquilo que se entende como divino está de qualquer forma, por definição,



além da capacidade humana de compreensão. Isso implica reconhecer que nenhuma representação de Deus pode ter a pretensão sensata de ser absoluta. Cada uma pode apenas reivindicar sua validade enquanto uma compreensão parcial, o que não pode lhe conferir qualquer precedência em relação às demais representações do divino.

O problema do fundamentalismo, do fanatismo e da intolerância violenta que os acompanha está, em grande parte, associado à pretensão de fundo das religiões em se colocarem como detentoras de uma compreensão absoluta do divino. Esse dogmatismo confere a cada uma a superioridade que supostamente legitima a subjugação das demais. Trata-se de uma perversão metafísica que arruína qualquer utopia de sociedade plural e harmônica. (Essa perversão é tão nociva que muito bem poderia ser satirizada como coisa do diabo – o senhor da discórdia).

A morte de Deus, anunciada por Nietzsche, tem como pano de fundo a liquidação das verdades absolutas. Deus, tal como fora concebido pela tradição filosófica e teológica do ocidente, constituía-se como o fiador último das verdades pretendidas como eternas. Assim, o anúncio da morte de Deus proclama

sobretudo a morte do dogmatismo. “Não existem fatos, apenas interpretações”, concluíra Nietzsche.

Compreendida adequadamente, a morte anunciada por Nietzsche é a morte de uma *representação* histórica e metafísica de Deus. É a morte de uma interpretação. Nessa perspectiva, recusar cegamente o pensamento de Nietzsche é fechar uma porta para o debate em torno da historicidade da representação de Deus, que permitiria, talvez, pensar o divino de uma forma mais ampla e menos alienada.

\*\*\*

A recusa em debater a religião é forte entre os devotos religiosos, sem dúvida, mas não só. Entre os *sem religião* e os ateus declarados – é importante que se diga –, tampouco se discute religião. Nesses grupos, ela é frequentemente posta de lado ou simplesmente negada, condenada. A indisposição para dialogar, no sentido próprio de falar e ouvir, é tão comum entre ateus que até parece *religiosa* (no sentido combatido por eles).

O físico e matemático francês Henri Poincaré tem um dizer que parece representar muito bem o que se está tentando indicar aqui: “duvidar de tudo ou crer em tudo são duas soluções igualmente cômodas, que nos dispensam, ambas, de refletir”. Duvidar de tudo

e crer em tudo são posições dogmáticas que afastam o diálogo e aniquilam o pensamento.

Diante disso, em suma, o mínimo que se pode dizer em favor do debate religioso é que ele agregará mérito à crença de quem crê e também à dúvida de quem duvida. E quando isso acontecer, talvez se perceba um ganho significativo de bom senso em ambos os lados.

\*\*\*

Independente de nossa posição inicial em relação às religiões, é saudável para a discussão admitir a premissa de Hamlet, personagem de Shakespeare, de que “há mais coisas entre o céu e a terra do que pode supor nossa vã filosofia”. Se aceitarmos isso como pressuposto básico, então estaremos preparados para um diálogo aberto e sincero, capaz de fazer evoluir a compreensão que dispomos do mundo e da nossa própria condição.

## O DILEMA DE ARISTÓTELES

Há cinco séculos antes de Cristo, aproximadamente, duas convicções começavam a ganhar espaço entre os gregos e fundavam o que hoje conhecemos como ciência. A primeira referia-se à possibilidade de compreender e explicar o mundo através da razão, sem depender de elementos mitológicos. A segunda sustentava que apenas aquilo que fosse constante poderia ou mereceria ser conhecido, ou seja, não conviria fazer ciência daquilo que é acidental e transitório.

Esse jeito de fazer ciência denunciava já na origem um dilema, notado prontamente por Aristóteles (384-322 a.C.), o primeiro grande sistematizador do conhecimento científico emergente. Por um lado, ele percebeu que só era possível fazer ciência do necessário, daquilo sem o que as coisas não poderiam ser o que são, ou seja, das características gerais que as compõem. Por outro, reconhecia que não havia nada

mais real que as coisas singulares em si mesmas. Então, o dilema consistia em admitir que ou “bem se faz ciência ou bem ela não terá como objeto a realidade”.

Aristóteles aceitava como evidente o fato de que a realidade era feita de coisas singulares, sendo os conceitos o resultado do processo de conhecimento que abstrai características comuns das coisas singulares experienciadas empiricamente. E é uma consequência lógica disso que, quanto mais gerais forem os conceitos, mais distantes se colocam da singularidade real das coisas mesmas de que são indicadores.

Com isso, não se diz nada contra o poder dos conceitos de revelar algo sobre a natureza ou o funcionamento das coisas. Pelo contrário, os conceitos, ao lado das teorias, são os modos, por excelência, de estruturação da nossa compreensão de mundo. Tomemos o ser humano como exemplo e vejamos o que a ciência tem a dizer a respeito. Sem dúvida, ela tem muitas coisas a dizer sobre nós (em geral): algo sobre nossa condição animal e suas implicações metabólicas; mais especificamente, algo sobre nosso sistema nervoso central que controla as funções vitais e possibilita o pensamento; algo ainda mais restrito, sobre as fases específicas do crescimento ou sobre o desenvolvimento das patologias do corpo e da alma.

A ciência pode explicar como funciona nossa visão, como acumulamos gordura e até como substâncias específicas agem em nosso organismo para produzir entusiasmo ou desconforto. Tudo isso e muitas outras coisas mais que são ditas pela ciência sobre o ser humano, e que de alguma forma revelam algo sobre quem somos, são vazias de realidade. A condição animal, o sistema nervoso, o pensamento, as patologias, isso tudo de que a ciência fala sempre no geral, só existe realmente enquanto características de indivíduos.

Um exemplo breve: a ciência busca o conhecimento do que é a solidez, mas a solidez não existe como coisa no mundo; a solidez é sempre e em cada caso a condição de coisas singulares: esta mesa é sólida, aquela pedra é sólida.

Além disso, é importante considerar que aquilo que se afirma no geral, conceitualmente (ou em teoria), vale para as coisas e diz algo sobre elas, mas não capta a realidade estritamente individual. Nada do que é dito sobre o homem enquanto espécie me identifica no que tenho de singular, que, dito de outro modo, constitui minha realidade. O que vale para todos, ou para muitos, nada ou pouco pode dizer sobre quem *eu* sou. São precisamente as variações particulares, os

elementos acidentais ignorados pelo fazer científico que nos constituem como únicos.

Temos de nos lembrar disso ao aplicar teorias gerais para a compreensão dos indivíduos. A ciência não pode se sobrepor à realidade. A descrição científica do funcionamento do sistema nervoso diz algo sobre meu sistema nervoso, mas não o apanha em suas peculiaridades, em seus detalhes; enfim, naqueles conjuntos de variações que, por mais ínfimas que sejam, garantem minha exclusividade. Tampouco as teorias da psicologia e da neurociência, que identificam os processos e as substâncias da paixão, embora também valham para o que sinto, alcançam a exata intensidade das cores e dores que fazem a minha paixão ser única e, como tal, mais real do que qualquer teorização jamais poderá ser.

# FILOSOFIA DA EXISTÊNCIA

Não compre livros de filosofia da existência, caso espere obter deles algum consolo existencial ou qualquer espécie de sentido para a vida, porque, se forem essas as suas expectativas, serão grandes as chances de frustração. Salvo algumas raras exceções, os filósofos existencialistas não estão interessados em produzir receitas nem justificativas para a vida. Fora isso, vale registrar que proporcionam algumas das mais belas e contundentes reflexões filosóficas.

Bem... mas do que trata exatamente a filosofia da existência, então? Trata da condição humana, da individualidade, da liberdade irrevogável. Um dos pressupostos comuns à maioria dos filósofos existencialistas é a facticidade da vida e nossa responsabilidade para com ela. Tenho um exemplo. Disposto a analisar o homem livre dos preconceitos filosóficos tradicionais, o filósofo alemão Martin Heidegger



começou por identificar aquela que segundo ele é a característica fundamental da existência, a saber, o fato de termos sido “jogados no mundo”. Por mais estranho que isso possa parecer no início, se considerarmos que ninguém escolheu a época em que nasceu, nem o país, nem a classe econômica, nem a família, nem o sexo... somos forçados a concordar que fomos mesmo lançados no mundo. E, quando *caímos* no mundo, ele já estava constituído. É assim com todos, desde sempre.

E tem mais. Não apenas somos jogados em um mundo já constituído, como também, de início e na maior parte das vezes, acabamos moldados por ele em relação àquilo que somos e queremos nos tornar. O mundo em que fomos lançados como que *programa* nosso comportamento: meninos não podem fazer isso/ meninas não podem fazer aquilo. Também nos diz o que devemos nos tornar: ser patrão é bom, ser serviçal é ruim. Nos instrui quanto àquilo que devemos desejar, programa nossos sonhos: você precisa ter um carro; você não pode viver sem o novo celular que estamos lhe oferecendo etc. Essa influência costuma agir silenciosamente, moldando o que cada um é, de modo muito parecido com o que os outros são. Não é por outro motivo que as gerações são assim tão

parecidas no jeito de falar (gírias), no jeito de vestir (moda) e até no jeito de “pensar” (opinião). Não há como evitar essa influência. Contudo, é possível (e desejável) superá-la.

Heidegger fala de existência autêntica e existência inautêntica, decadente. Nossa existência é decadente, segundo ele, quando deixamos nos moldar completamente pelo mundo em que fomos lançados, quando nos acomodamos às tendências, ao jeito comum de ser; em suma, quando nossa vida é meramente um reflexo do meio, quando nossos gostos e os nossos sonhos são os gostos e os sonhos dos outros. Do contrário, quando rompemos a influência do meio e, para além dele, passamos a considerar o que melhor nos convém (e isso só se alcança após encarar *friamente* a certeza de que a vida é tudo isso e apenas isso, mas é nossa), independentemente daquilo que os outros estabelecem como *o* apropriado, quando isso acontece, atingimos a autenticidade. Ser autêntico nada mais diz, então, do que *ser eu mesmo, a partir de eu mesmo*.

Mas o mundo tem lá suas artimanhas para nos furta/dificultar a autenticidade. Preste atenção, pois se “ser eu mesmo” estiver na moda, algo não vai lá muito bem. A autenticidade que qualifica a existência não é aquilo que as lojas, por ventura, anunciam vender sob

o rótulo do *seu estilo*. Trata-se, antes, de uma atitude diante da vida que não necessariamente precisa ser única, diferente; precisa, sim, ser consciente – no sentido forte da palavra.

A filosofia da existência é, sobretudo, uma reflexão sobre nossas possibilidades de ser.

# O PIOR DOS MUNDOS POSSÍVEIS

(O PESSIMISMO DE SCHOPENHAUER)

No livro bíblico do Gênesis consta que, após criar o mundo, Deus contemplou sua obra e achou tudo muito bom. Arthur Schopenhauer (1788-1860), ateu rabugento, discordou com veemência, declarando ser esse o pior dos mundos possíveis.

\*\*\*

Longe de estar baseado numa vida de misérias – como filho de família abastada, Schopenhauer até que levou uma vida confortável e de muitos prazeres – seu pessimismo é de cunho teórico. Está associado a uma compreensão do mundo como uma grande teia de determinações causais, transpassadas por uma vontade impessoal que impulsiona e controla todas as coisas. Nos seres humanos, em especial, essa vontade subjacente ao mundo manifesta-se na

forma de desejos, sendo o sexual o mais básico de todos. Em *O mundo como vontade e representação*, ele sustenta que o sexo é o ponto central e invisível de toda ação e conduta, seja isso consciente ou não. (A julgar pelo uso amplo da sensualidade nos mais variados anúncios, os publicitários em geral parecem saber disso muito bem).

O desejo sexual é tal que nenhum outro desejo pode se opor a ele e sair vitorioso. Por sua satisfação, não são poucos os que arruinam amizades, reputação, fortuna e tranquilidade. Para Schopenhauer, o sexo é mesmo a meta de quase todo esforço humano. E embora possa ser um tanto desastroso para o indivíduo, para a espécie esse impulso desenfreado é imensamente vantajoso. E se o sexo pode inspirar paixões, grandes amores, isso em nada altera seu real objetivo: criar filhos.

Antecipando teorias posteriores da psicologia evolucionária, Schopenhauer sugere que o interesse entre parceiros está diretamente associado à identificação de um perfil adequado para ser pai ou mãe. A partir desta constatação, ele apresenta inclusive uma extensa lista de qualidades que atraem homens e mulheres uns para os outros, que inclui desde características intelectuais até traços de caráter.

Em suma, segundo Schopenhauer, somos fatalmente comandados por essa *vontade de vida* que se manifesta em nós pelo desejo sexual. Por mais que fantasiemos acerca desse processo e que o ocultemos atrás de camadas de cultura, ainda assim continuamos fantoches dessa vontade impessoal da espécie em se manter viva pela constante reprodução. A desgraça para nós, indivíduos, é que, sendo a vontade de vida um impulso cego, que não cessa nunca, o desejo sexual e tudo o mais atrelado a ele nunca poderá ser plenamente satisfeito. Todo desejo satisfeito dá origem a um novo desejo, sendo esta a fórmula do sofrimento. Quando momentaneamente (e apenas momentaneamente) nossos desejos estão satisfeitos, sentimos tédio; quando não estão, sentimos desespero. Equilibrar a vida entre o tédio e o desespero seria uma alternativa viável, mas não garantiria felicidade, pois a vida está irremediavelmente presa a essa lógica de sofrimento interminável. Daí a morte ser, para Schopenhauer, uma grande oportunidade de libertação. Depois de não nascer, morrer seria a melhor coisa que poderia nos acontecer. Com a morte cessaria o sofrimento, pois a vontade impessoal, fonte dos nossos desejos, deixaria de agir.

Nossa vida só alcança algum valor, entende Schopenhauer, ao negarmos a vontade de vida que impulsiona nossos desejos. E, para isso, temos como aliada a arte. Pela contemplação artística, podemos elevar a mente a um nível acima dos desejos e, assim, nos alijarmos momentaneamente deles.

## O TÊNIS NOVO DO JOE

Joe estava passando em frente a uma vitrine de loja de calçados quando visualizou um tênis de marca famosa, lindo e com grande desconto. Custava R\$ 150,00. Entrou, abraçou a mercadoria e seguiu com ela até o caixa para efetuar o pagamento. Entregou o cartão para que o atendente debitasse o valor e, enquanto isso, ficou contemplando extasiado sua aquisição.

A partir daí, duas situações emblemáticas se seguem.

Situação 1: Joe encontra com amigos que comentam sobre seu belo tênis e, curiosos, perguntam quanto teria custado. Para impressionar os amigos e tirar uma onda de grã-fino, Joe diz ter pago R\$ 390,00 pelo par. Joe mente para os amigos.

Situação 2: A namorada de Joe, pensando no casamento, quer que ele economize dinheiro. Isso quer dizer, nada de gastos supérfluos com produtos de



marca. Ao encontrá-la, e antes de ouvir os protestos, Joe adianta que o tênis estava na promoção e custou apenas R\$ 150,00. Joe é sincero com a namorada.

Ambas as situações tornam-se emblemáticas por uma dessas estranhas coincidências que acontecem de vez em quando (ou que, pelo menos, poderiam acontecer): no momento da compra do tênis, enquanto Joe admirava extasiado sua aquisição, não percebeu que por engano o atendente do caixa confundiu o código do produto e acabou processando a compra de outro tênis que não estava na promoção e que custava precisamente R\$ 390,00. E foi esse o valor debitado na conta de Joe.

E agora temos o seguinte... Na situação 1, em que Joe mente para os amigos, transmite uma informação verdadeira. Na situação 2, em que é sincero com a namorada, transmite a ela uma informação falsa. É relevante notar que, nesses casos, e em qualquer caso similar, a verdade da informação transmitida não diz nada sobre a sinceridade ou a intenção mentirosa de quem a transmite. Verdade e falsidade são qualidades das informações, relativas à sua adequação aos fatos descritos. Mentira e sinceridade têm conotação moral, sendo relativas às intenções de quem transmite as informações, sejam verdadeiras ou falsas.

A mentira acontece quando há intenção de ocultar ou alterar para o outro aquilo que se tem (acredita) como verdadeiro. A sinceridade, por sua vez, acontece quando a intenção é transmitir exatamente aquilo que se tem (acredita) como verdadeiro. Ser sincero ou ser mentiroso é uma questão de querer ou não querer enganar. Não há mentira involuntária, nem sinceridade involuntária.

Mentira e sinceridade pressupõem, contudo, a verdade. Mente-se ao distorcer ou ocultar a verdade e se é sincero ao transmiti-la, mas a verdade não se decide na esfera subjetiva, tal qual acontece com a sinceridade e com a mentira. A verdade se decide no confronto com a realidade: teorias e informações que descrevem e explicam o real podem ser verdadeiras ou falsas. Seria indevido e estranho, contudo, dizer que uma teoria é sincera ou que uma informação é mentirosa.



*Este não é um livro sobre as tendências da moda. O subtítulo está aí para prevenir conclusões apressadas: "crônicas e ensaios filosóficos". Ou seja, o livro tem qualquer coisa a ver com filosofia. Mas não convém tomá-lo com um livro tradicional de filosofia, daqueles que discutem à exaustão algum problema clássico da disciplina. Os textos que compõem este livro tratam de temas variados, uns clássicos, outros ordinários; uns conceituais, outros existenciais; uns fletam com a literatura e com o cinema, outros vinculam fatos do cotidiano. Em comum, apenas certa pretensão reflexiva.*

ISBN 978-85-8200-038-0



www.meritos.com.br



NOVA MODA!

Mod. : 2ª Guerra Mundial



SENSAÇÃO!

Mod. : Ataque de animal silvestre

